

A CAPITAL

Director: FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

PROPRIEDADE: E.P.N.C. - EMP. PUB. DOS JORNAIS NOTÍCIAS E CAPITAL - R. JOÃO ANT. AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TEL. 668125/6/7 * END. TELEG. A CAPITAL - TELEEX 3277

**RAMALHO EANES
ORDENA APURAMENTO
DE RESPONSABILIDADES A MILITARES
IMPLICADOS EM CASO DE SEVÍCIAS**

(PÁGINA 2)

COMO QUEREM LISBOA OS CANDIDATOS À CÂMARA

Os nove candidatos a presidente da Câmara Municipal de Lisboa falaram ao nosso jornal sobre alguns dos problemas mais graves sentidos pela população lisboeta: transportes, habitação, zonas verdes e equipamentos colectivos. A larga faixa de acordo no diagnóstico dos problemas e ainda, nalgumas soluções técnicas a introduzir, não escondem diferentes maneiras de encarar as soluções a adoptar. Essas diferentes maneiras de ver prendem-se, como é óbvio, à diferente inspiração e mesmo prática partidária dos vários candidatos.

DESTACÁVEL DE 8 PÁGINAS



Martins Canaverde (C. D. S.)



Silva Graça (F. E. P. U.)



Teotónio Pereira (G. D. U. P.)



António Manzoni (L. C. I.)



Fernando Rosas (M. R. P. P.)



Margarida Quintino
(P. C. P. m.-l.)



Helena Roseta
(P. D. - P. S. D.)



Ribeiro Teles (P. P. M.)



Aquilino Ribeiro (P. S.)

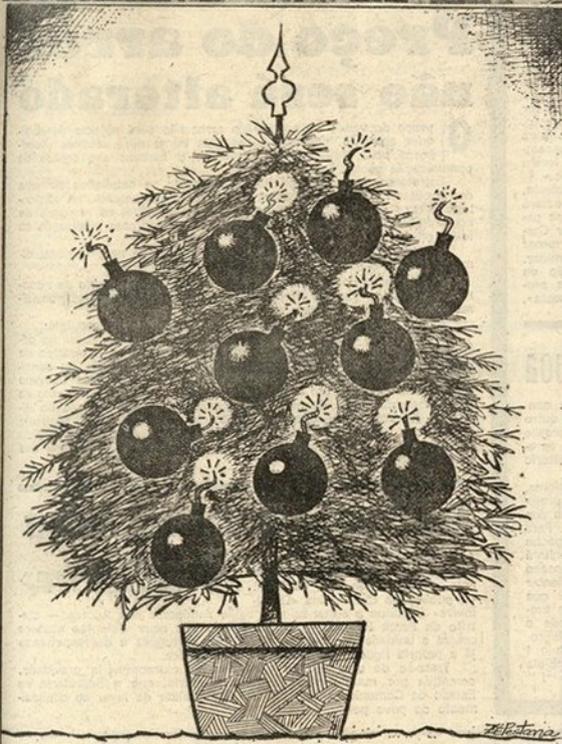


Populares «apagam» a sede entre os que costumam apagar fogos! A bicha na bica existente esta manhã no pátio interno da sede do B. S. B., na Avenida D. Carlos I

ÁGUA SÓ AMANHÃ AUTOTANQUES NÃO CHEGAM PARA "ENCOMENDAS"

LISBOA entrou hoje no segundo dia de falta de água, provocada pelo atentado terrorista praticado ontem contra o aqueduto do Tejo, na Póvoa de Santa Iria. Milhares de populares procuram abastecer-se do agora raro líquido, embora poucas possibilidades tenham para o fazer. Na realidade, a pouca água que ainda existe na capital concentra-se na zona ribeirinha, onde ainda «corre um fio», ou em algumas bicas natu-

(Continua na página 24)



NATAL À PORTUGUESA?

CAMPAÑA ELEITORAL TERMINA NAS 24 HORAS

O período de campanha eleitoral para as autarquias locais termina às 24 horas de hoje. As eleições têm lugar no próximo domingo, dia 12, encontrando-se as assembleias ou secções de voto abertas das 8 às 19 horas. As operações de apuramento dos resultados eleitorais iniciam-se imediatamente após o encerramento das assembleias ou secções de voto.

Entretanto, por portaria do secretário de Estado das Florestas foi decidido interditar a caça no dia das eleições. Para compensar esta alteração o fecho da caça foi adiado para o 2 de Janeiro próximo.

Por outro lado, e com o propósito de se permitir a mais efectiva participação no acto eleitoral, a Secretaria de Estado da Cultura, em cumprimento de uma orientação dimanada do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais, apela para o civismo dos empresários ou promotores de espectáculos, no sentido da sua não efectivação durante o período de funcionamento das assembleias de voto.

Alegre comenta incidentes em Coimbra

Os últimos dias de campanha eleitoral foram assinalados por alguns incidentes, designadamente em Coimbra, durante uma sessão do P. S. com Sottomayor Cardia, e na Costa da Caparica com o C. D. S. Manuel Alegre viu, assim, os incidentes registados em Coimbra.

«Os incidentes tiveram importância política e foram significativos. Em primeiro lugar porque demonstraram o isolamento de um punhado de estudantes da extrema-esquerda e do P. C. P. em relação à grande massa da população estudantil. E em segundo lugar demonstraram o seu extremo isolamento à população trabalhadora da cidade. Contrariamente aos estudantes que, no tempo do fascismo, como Sottomayor Cardia e eu próprio, lutávamos contra a ditadura — disse Manuel Alegre — estes estudantes, estes activistas, não têm o apoio da população da cidade. Nós o tínhamos. Isso é significativo.»

«Por outro lado — é isso que eu gostaria de sublinhar — a actuação desses elementos — continuou o dirigente socialista — lembra singularmente a actuação dos grupos de activistas fascistas do nosso tempo. Eles são em todo parecidos com o «Jovem Portugal» e são tão ridículos como eram os jovens da Mocidade Portuguesa. Tratou-se, de qualquer maneira, de uma tentativa de boicotar um comício realizado de acordo com o programa eleitoral, numa tentativa ridícula de boicotar um comício do maior partido nacional e do partido largamente maioritário no distrito de Coimbra. Eles não conseguiram. Por isso mesmo foram obrigados a sair da sala. Deu-se a seguir a intervenção da Polícia que cumpriu o seu dever, o qual é de assegurar a liberdade de reunião.»

C.D.S.: «RTP não é brinquedo»

«A RTP não é um brinquedo do Governo», afirma o C. D. S. ao protestar contra a presença de membros do Governo na televisão durante o período da campanha eleitoral.

Tendo particularmente em conta a intervenção de Mário Soares, o C. D. S. enviou telegramas de protesto ao Presidente da República e a outras entidades.

Entretanto, entre as diversas sessões levadas a efeito em di-

stribuição dos trabalhadores em derrotar o P. S. D. e o C. D. S. nestas eleições como uma das formas de impedir que os partidos da burguesia façam das autarquias locais base da reacção, transformando-as em trampolim para a sua política central de ataque às conquistas e reivindicações de todos os trabalhadores», declara o P. R. T. — Partido Revolucionário dos Trabalhadores num comunicado em que apela para uma jornada nacional da luta.

«Perante estes factos, e perante a clareza da lei, é estranho que o C. N. E. possa vir concluir que «é difícil a qualquer membro do Grupo (...) fazer uma nítida separação entre o tratamento» de assuntos da administração pública «e o que constitui campanha eleitoral».

«No caso presente, a C. N. E. demitiu-se de exercer as suas funções e, contemporizando, deu objectivamente alento a novas violações da lei.»

Entretanto, Alvaro Cunhal, que ao longo da campanha eleitoral esteve presente em numerosos comícios da F. P. U., falando antes de ontem em Évora, salientou:

«Se houver uma muito grande votação nas listas do Povo Unido na zona da reforma agrária, não deixaremos de exigir que o Ministério da Agricultura esteja algum que defenda a reforma agrária e que atenda a vontade dos trabalhadores alentejanos. Esta votação poderá permitir tal exigência.»

Cunhal atacou ainda a inactividade do sector da advocacia aos G. D. U. P. que convocaram para o próximo dia 11 uma deslocação à Lobata.

«Se houver incidentes — disse — não serão atribuídos aos provedores que vêm de Lisboa, serão atribuídos aos trabalhadores alentejanos.»

«Independentes» dos G. D. U. P.: «Contra o inimigo principal»

«Quando não houver listas apoiadas pelos G. D. U. P., mas onde se confrontem listas patrocinadas por fascistas e listas de antifascistas, a posição mais correcta é votar contra o inimigo principal. E, neste caso, votar numa lista patrocinada pelo P. S. ou pelo P. C. - F. E. P. U., não significa dar apoio à política destes partidos», lê-se num documento subscrito por dez membros sem partido da comissão nacional do M. U. P. (Movimento de Unidade Popular - G. D. U. P.).

O documento — intitulado «Contra a abstenção, contra o inimigo principal» — refere ainda que «a abstenção (ou o voto nulo), quando as listas dos patrões e dos fascistas se opõem a listas que incluem antifascistas, significa que não soubemos identificar o inimigo principal e que colocamos os interesses populares à frente dos interesses partidários.»

Recentemente, a U.D.P., uma das organizações apoiantes do M.U.P., defendeu a abstenção ou voto nulo nos comícios e frentes queles onde os G.D.U.P. não se apresentem.

A declaração dos elementos sem partido da comissão nacional do M.U.P. é assinada por Carlos Magro, Catalina Pestana, Comodoro Moita, Eduardo Cruz, Homero Cardoso, Jerónimo Franco, João Serra, Jorge A. Fernandes, Luís Salgado de Matos e Nuno Pereira da Silva.

M.R.P.P.: «Contra o cerco da informação burguesa»

«Este cerco da informação é ditado pela impossibilidade da burguesia de poder aceitar e propagar nos seus jornais, na sua rádio e na sua televisão a denúncia das suas medidas antipopulares e antipopulares, assim como a política e o programa que servem os interesses da classe operária e do povo.»

«E contra este cerco que os trabalhadores da informação se devem levantar.»

«Eles devem exigir um tratamento rigorosamente igual para todas as forças políticas democráticas. Só os fascistas e os seus partidos não têm direito à palavra.»

«Depois de considerar o tratamento de que tem sido objecto em diversos jornais, o M. R. P. P. afirma:

«Acresce a tudo isto que ao nosso partido, como sempre aconteceu nos seus seis anos de existência — com excepção de 4 rápidas intervenções de escassos minutos nas eleições legislativas — sempre lhe foram vedados os «órgãos» da RTP, sucedendo o mesmo com as antenas da RDP. Enquanto todos os partidos o podem fazer, seja enquanto tal seja através dos membros que ocupam lugares no aparelho de Estado. Veja-se um caso recente: as duas horas e meia concedidas ao P. S., pela boca do sr. dr. Mário Soares, na passada sexta-feira.»

P. P. M.: «Acabar com as demolições»

«Queremos dar uso habitacional a toda uma vasta área da cidade que está a morrer», declarou o arquitecto Manuel Telas numa sessão de esclarecimento sobre problemas de habitação, integrada numa série de sessões sobre problemas urbanos levadas a efeito pelo P. P. M. — Partido Popular Monárquico.

«Prometemos acabar com as demolições cuja finalidade seja a especulação, quer esta se traduza em aumento, afinal ilusório, do número de «fogos», quer se apresente como meio de mera valorização financeira, sem benefício económico real, de determinado terreno ou área — afirmaram os convidados do P. P. M.»

Durante a sessão foi feita a defesa do princípio de que «os edifícios a construir terão um máximo de quatro pisos, a fim de defender a imagem da cidade e a escala humana da rua.»

A necessidade de manter em média dez metros quadrados por habitante, junto da própria habitação, a não repetição do Martim Moniz, onde foram demolidos diversos prédios, e o fim à especulação de terrenos foram outros aspectos defendidos pelo P. P. M.

P. R. T. e L. C. I. — Comício n'A Voz do Operário

«Só através da sua mobilização, os trabalhadores poderão opor-se vitoriosamente às medidas anti-operárias e antipopulares do Governo, às conspirações reacionárias. E só essa mobilização e luta será o factor decisivo que influenciará os resultados das eleições para as autarquias, mostrando a firme disposição dos trabalhadores em derrotar o P. S. D. e o C. D. S. nestas eleições como uma das formas de impedir que os partidos da burguesia façam das autarquias locais base da reacção, transformando-as em trampolim para a sua política central de ataque às conquistas e reivindicações de todos os trabalhadores», declara o P. R. T. — Partido Revolucionário dos Trabalhadores num comunicado em que apela para uma jornada nacional da luta.



O embaixador Durlong entregando as suas credenciais

Embaixador da Nigéria entrega credenciais

O primeiro embaixador da Nigéria em Portugal, Ignatius Julius Davel Durlong, foi hoje recebido em Belém pelo Presidente da República, general Eanes, a quem entregou as suas cartas credenciais.

O embaixador nigeriano em Portugal é um diplomata de carreira que anteriormente representou o seu país na Holanda, Japão e Itália. Antes de entrar para a carreira diplomática, Ignatius Durlong desempenhou durante alguns anos as funções de secretário-geral do Ministério da Educação da Nigéria.

Foi este diplomata que em Março deste ano esteve em Portugal para proceder à abertura oficial da primeira missão diplomática da Nigéria em Lisboa, a qual tem estado desde então confiada a um encarregado de negócios.

PUBLICIDADE

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR COMUNICADO

PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES!

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR face aos despedimentos de Manuel Correia Lopes e António Cunha das Rosas, trabalhadores da empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., e dirigentes sindicais, manobra integrada nas tentativas com que o patronato e imperialismo tentam dividir e desmobilizar os trabalhadores, com a intenção de enfraquecer as suas organizações e poderem atacar as conquistas dos trabalhadores;

Considerando que um Governo que ordena à G. N. R. a defesa do património da Herdade da Lobata, contra os direitos dos trabalhadores agrícolas, e manda a P. S. P. fechar a Faculdade de Economia do Porto, diz não ter possibilidade de obrigar o patrão da Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., a anular o despedimento dos dois trabalhadores têxteis.

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR decidiu:

- 1.º — Face a esta posição de força contra os trabalhadores e suas organizações, a FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR informou hoje os diferentes órgãos de poder de que a partir do próximo dia 15 de Dezembro participará nas restrições às importações e exportações de todos os artigos destinados a empresas de têxteis, lanifícios e vestuários, excepto empresas intervencionadas, em autogestão ou cooperativas, caso até dia 14 do corrente mês não estejam anulados os referidos despedimentos e normalizada toda a situação de remuneração dos trabalhadores em causa.
- 2.º — Prestar auxílio económico aos trabalhadores têxteis em luta na empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1976.

O SECRETARIADO DA F. S. M.

DELEGAÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO TERMINA VISITA A ROMÉNIA

EXISTEM agora as melhores condições para o estreitamento das relações entre Portugal e a Roménia nos domínios económico, técnico, cultural e científico — afirmou o comandante Vítor Crespo em conferência de imprensa concedida ontem à tarde em Bucareste pela delegação do Conselho da Revolução, segundo um telegrama da Amap.

Durante o encontro com representantes dos jornais, rádio e televisão romenos, os conselheiros da Revolução responderam a questões sobre política interna e externa de Portugal, Portugal com a República Socialista da Roménia, com os novos papéis africanos de expressão portuguesa e ainda com o Brasil.

Vítor Crespo, abordando as relações entre Portugal e a Roménia, recordou que elas foram possíveis pela Revolução de Abril de 1974 e pela abertura diplomática que representou para Portugal o processo de descolonização levado a cabo nos seus territórios africanos.

«O comandante Vítor Crespo salientou ainda que durante as conversações oficiais estabelecidas durante esta viagem e durante o encontro com o presidente Nicolae Ceausescu, «pudemos observar que as condições se mantêm e que aumentaram os condicionamentos que permitirão estreitar e consolidar as relações entre Portugal e a Roménia.»

Por seu lado, o brigadeiro Franco Charais afirmou que a visita de cinco dias à Roménia permitiu aos conselheiros da Revolução terem um «quadro bastante aproximado do que se passa na Roménia», salientando que este país partiu do nada,

singrou sem apoios, o que constituiu um esforço extraordinário que está a ser continuado para que se atinjam as metas de desenvolvimento previstas no actual plano quinquenal.

Sobre o mesmo tema, o tenente-coronel Ribeiro Cardoso afirmou que se sentiu impressionado com os objectivos previstos, acrescentando que só toda a determinação de um povo os poderá concretizar.

Entretanto, a delegação portuguesa deslocou-se ao distrito de Brasov, a cerca de 170 quilómetros de Bucareste, onde começou por visitar uma unidade de Caçadores de Montanha.

Concluída a visita à parte militar, foi a vez de uma deslocação a vários empreendimentos turísticos de Brasov, junto aos Cárpatos.

PUBLICIDADE

PORTUGAL PRESENTE NA «SCANPLAST»

Gotemburgo, 9 a 13-3-77

Consciente da importância e projecção da «SCANPLAST», decidiu o Fundo de Fomento de Exportação levar a efeito a organização de uma representação do sector dos moldes para a indústria dos plásticos a nível nacional no referido certame, que terá lugar em Gotemburgo (Suécia) de 9 a 13 de Março do próximo ano.

As firmas interessadas em expor no «stand» de Portugal deverão contactar até ao próximo dia 18 de Dezembro a Direcção de Feiras e Exposições — Av. 5 de Outubro, 101 Lisboa — Telefones 77 77 72 ou 77 77 68.

PUBLICIDADE

CHEFE DE OFICINA

Para empresa do ramo eléctrico e metalúrgico do Centro do País

EXIGE-SE:

- conhecimento prático do ramo
- experiência comprovada de chefe
- experiência nos sectores de produção e controlo

OFERECE-SE:

- ordenado compatível

Resposta a este jornal ao n.º 4323 remetendo curriculum vitae

ELEIÇÕES PARA AUTARQUIAS

CANDIDATOS À PRESIDENTE DA C.M.L. FALAM DOS SEUS PLANOS

OS nove candidatos a presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a escassos dias do próximo acto eleitoral, falaram a «A Capital» sobre alguns dos problemas que mais afligem não apenas o cidadão lisboeta mas todo aquele que vive nos concelhos satélites. Foram perguntas muito concretas aquelas que lhes apresentámos no intuito de obter res-

postas igualmente concretas. Dumas e doutras ajuizará o leitor, certos de que o nosso jornal continuará depois das eleições a «perguntar» aos que forem eleitos «como vai esta cidade». Por ordem alfabética dos partidos, os candidatos são: Martins Canaver-

de (C. D. S.); Silva Graça (F. E. P. U.); Nuno Teotónio Pereira (G. D. U. P.); António Manzoni (L. C. I.); Fernando Rosas (M. R. P. P.); Margarida Quintino (P. C. P. m.); Helena Roseta (P. P. D. - P. S. D.); Gonçalo Ribeiro Teles (P. P. M.); e Aquilino Ribeiro Machado (P. S.).

MARTINS CANAVERDE (C.D.S.)

“É AO CIDADÃO QUE CABE ESCOLHER ENTRE O TRANSPORTE QUE MELHOR LHE SERVE”

«ANTES de mais, é ao cidadão que cabe escolher entre o transporte que melhor lhe serve» — declarou-nos o dr. Martins Canaverde, candidato a presidente da Câmara Municipal de Lisboa, pelo C.D.S. que considerou ainda como «falsa alternativa» colocar o problema em termos de transporte público-transporte privado. Depois de frisar que é ao «Município que cabe criar condições de fluidez de trânsito», apontou logo de seguida uma solução concreta nesse sentido:

«Nos semáforos, o amarelo intermitente antes do verde faz duplicar, como sucedeu na Alemanha, a velocidade do trânsito».

No domínio da habitação, Martins Canaverde acentuou, entre outros aspectos, «que as carências habitacionais de Lisboa são enormes e a sua solução passa pelo desenvolvimento harmónico de todo o País».

E acrescentou: «Passa pela regionalização ou seja, pela criação de regiões em todo o território, onde as pessoas, nos campos, como nas vilas e cidades, ditas de província, possam ter bom nível de vida, por forma a que Lisboa deixe de atrair grandes massas populacionais que aqui procuram trabalho em melhores condições.»

O dr. Martins Canaverde além de deputado, tem banca de advogado e já foi presidente da Federação Portuguesa de Futebol.

Carris e Metropolitano: municipalizados e não nacionalizados

— O limite crítico a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— Toda a gente sabe que os transportes urbanos em Lisboa são insuficientes, incómodos, morosos e altamente poluentes, tirando o caso dos carros eléctricos que, porém, numa cidade como Paris desapareceram em 1937, dado serem um empecilho para o trânsito.

É, a meu ver, uma falsa alternativa colocar-se o problema em termos de transporte público ou transporte privado. Ambos existem e ambos terão de existir nas actuais circunstâncias. Será utópico, antidemocrático e demagógico acabar com o transporte privado, embora o crescente aumento do custo dos automóveis, por este andar, conduza à sua diminuição.

Antes de mais, é ao cidadão que cabe escolher entre o transporte que melhor lhe serve.

— Ao município cabe criar condições de fluidez do trânsito. Nos semáforos, o amarelo intermitente antes do verde faz duplicar, como sucedeu na Alemanha, a velocidade do trânsito. É, portanto, um assunto que terá de ser resolvido pelos técnicos.

É urgente a criação de centrais de camionagem interurbana, bem como a multiplicação de parques de estacionamento que desimpnem, tanto quanto possível, as vias, sobretudo as mais estreitas, que, como todas as demais, devem ser conservadas em bom estado.

— Mini-bus adequados devem ser utilizados nos percursos mais íngremes e estreitos.

— Nas zonas da cidade mais saturadas de trânsito, deve existir um horário rígido para cargas e descargas de mercadorias. É evidente que a rede do metropolitano tem de ser ampliada.

— A rede de transportes colectivos terá de ser planeada em conjugação com os planos de urbanização e dado que diariamente afluem a Lisboa mais de duzentas mil pessoas, provindas dos concelhos limítrofes, onde habitam, é necessário uma instituição pública, na dependência da câmara, que elabore estudos e proponha soluções de conjunto para o melhor funcionamento e exploração dos transportes colectivos de superfície ou subterrâneos para a Grande Lisboa — que engloba Lisboa e os concelhos limítrofes: os da outra banda, até Setúbal, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira — e onde os utentes possam participar activamente.

O problema do Largo do Rato terá de ser resolvido, bem

como outros, através de pontes e viadutos.

— Os transportes colectivos são dos serviços que não existem para dar lucros, embora não possam viver com défices perigosos, pelo que o custo dos bilhetes deve ser fixado tendo em atenção a utilidade social que proporcionam e o nível de vida dos utentes.

— Nas zonas centrais, a circulação de carros eléctricos deve ser eliminada.

— A Carris e o Metropolitano devem pertencer ao município, ser, portanto, municipalizados e não nacionalizados. Só assim haverá descentralização e a Câmara terá possibilidades de articular todos os transportes colectivos que servem Lisboa.

«Mal se vive e pouco se convive»

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de prioridades: por um lado, parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas.

Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condígnas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— Cerca de vinte e cinco por cento da população de Lisboa vive em barracas, quartos e partes de casa, em regra situadas em prédios degradados. O objectivo é o de cada família ter um lar, que é algo de diferente de uma simples caixa de ar, onde se come e dorme; mal se vive e pouco se convive. Portanto, as carências habitacionais de Lisboa são enormes e a sua solução passa pelo desenvolvimento harmónico de todo o País.

— Passa pela regionalização, ou seja, pela criação de regiões em todo o território, onde as pessoas, nos campos, como nas vilas e cidades ditas de província possam ter bom nível de vida, por forma a que Lisboa deixe de atrair grandes massas populacionais que aqui procuram trabalho em melhores condições.

— Há que levar o progresso a todo o País, o que cabe, em primeiro lugar, ao Governo.

— Por outro lado, é necessário incrementar a construção civil e a construção de casas de renda económica, de renda limitada, em propriedade resolvível e em propriedade horizontal.

— Simplemente, para que tal suceda é necessário evitar a especulação na compra e venda de terrenos, fixando preços justos, acelerar a aprovação de planos e projectos e definir a zona do sector público e do sector privado.

— Dado o aumento do custo da mão-de-obra e dos materiais, casas a preços acessíveis, como pergunta, serão difíceis de obter. Ainda em 2 do corrente mês, o Governo fez publicar, através do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, uma



«Descentralização não é o Governo ir despachar ao Porto e à Guarda»

portaria relativa a casas de renda limitada, pela qual se verifica que uma casa com um quarto tem renda de 2 000\$00; com dois quartos 3 000\$00; com 3 quartos 4 300\$00; com 4 quartos 4 800\$00 e com 5 a renda de 5 500\$00. Por aqui se vê a dificuldade em construir, hoje, casas de renda baixa e acessível a largos estratos populacionais.

— Aliás, o problema da habitação é de âmbito e nível nacionais. A sua solução cabe essencialmente ao Governo. A C.M.L. deve, porém, evitar a construção clandestina e deve aproveitar os terrenos camarários para a construção de casas destinadas às classes mais desfavorecidas, por forma a erradicar, embora num plano a longo prazo, as barracas que são uma acusação permanente a todos os Governos e gestões municipais.

— A demolição de prédios antigos só deve ocorrer se aumentarem efectivamente o número de fogos e não for possível melhorar os existentes em termos satisfatórios e económicos.

— As «bolsas de habitação» foram criadas pelo Dec. Lei n.º 608/73, de 14 de Novembro, para o arrendamento e venda de prédios de renda limitada. Depois do 25 de Abril somente se conhece, quanto à «bolsa de habitação» um despacho do Ministério da Administração Interna de 12/2/75 publicado no «Diário do Governo» (hoje «Diário da República») de 14/4/75 que manda às câmaras instalar as bolsas previstas naquele diploma. O funcionamento é, em resumo, este: a bolsa estabelece listas de casas a arrendar e listas de candidatos a essas casas, e, por sorteio, atribui as casas a arrendar. É evidente que a bolsa para casas de renda fixada previamente, como é o caso dos prédios de renda limitada, funciona, e é um processo de evitar fraudes. Nosso tipo de prédios — que não de renda limitada — não parece ser solução, pois é evidente que não podem sortear-se casas cuja renda, como é o caso do primeiro arrendamento, depende, pela actual legislação, de acordo entre senhorio e inquilino.

— Neste domínio das rendas, trata-se de fazer nova legislação justa e razoável, por forma a que nem senhorios nem inquilinos sejam explorados ou prejudicados. Mas isso não cabe nas atribuições da Câmara. É da competência do Governo ou da Assembleia da República.

«Criar o hábito de utilizar os parques e jardins»

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e a criação de estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais mínimamente

(Continua na página seguinte)

Coordenação de PEDRO VIEIRA

2 — A CAPITAL / DESTACAVEL

(Continuação da página anterior)

vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— Nem todas as capitais da Europa, nomeadamente a Europa Ocidental, em que nos inserimos e a que pertencemos pela história, pela civilização e pelo futuro, têm um parque florestal como Monsanto.

Antes de mais, há que, através de campanhas, criar o hábito, no lisboeta, de utilizar os parques e jardins que existem e que, por seu turno, devem ser dotados de equipamentos sociais por forma a atrair o município.

Importa ainda criar condições de segurança nesses locais, certo como é que o cidadão, regra geral, receia, até, a certas horas, passar, por exemplo, no Parque Eduardo VII, quanto mais frequentá-lo. Mas isso não pode continuar, certamente.

Zonas verdes e sobretudo arborizadas devem ser criadas em futuras urbanizações, até porque o homem é o centro da nossa atenção e é para ele que a cidade existe e não o homem que existe para a cidade.

Quanto à poluição de que tanto se fala, não é menos importante a poluição sonora. Lisboa tem barulho e ruídos a mais. As avenidas e ruas de Lisboa não devem ser pistas para corridas de automóveis e motos, e os escapes livres e as buzinas por tudo e por nada devem diminuir grandemente. As pessoas, com o tempo, há-de vencer-se-se de que a sua liberdade termina onde começa a dos outros.

Lisboa deve ser uma cidade limpa e assada. No que depender da Câmara só-lo-á. Quanto aos cidadãos, estou seguro de que estarão de acordo em que Lisboa é talvez uma das cidades onde mais se cospe para o chão, o que, evidentemente, também polui.

Para tornar Lisboa mais vivível é ainda necessário que os mercados de abastecimento público sejam modernizados e sejam mais higiénicos e que a venda ambulante, a reformular, não faça concorrência aos pequenos e médios comerciantes.

Nas zonas ocidental e oriental são necessários dois grandes centros comerciais e de serviços, que descongestionem a Baixa e desenvolvam a cidade — comercial e turisticamente. Lisboa terá de ser uma capital digna da Europa Unida.

O peão, a criança e as pessoas idosas merecerão a nossa atenção no que respeita à segurança no trânsito, nas ruas e no que concerne a lares dignos e humanos para as crianças inadaptadas e para a terceira idade.

A cidade carece de recintos gimnodesportivos, por forma a que os jovens, os trabalhadores e todos os que o desejem ganhem gosto pelo desporto e ocupem saudavelmente os seus tempos livres.

As associações desportivas, a quem se deve praticamente tudo o que de desportivo existe no País e em Lisboa, serão traçadas sempre no presidente da Câmara, caso venha a ser eleito, a maior abertura e compreensão.

A arte e a cultura fazem parte do progresso humano, e uma cidade ou é um centro de progresso moral, humano e material ou é um local, um sítio onde se nasce, trabalha, envehece e morre mas onde não se vive nem convive.

A Estufa Fria e o cinema S. Luís terão de funcionar regularmente. As tradições de Lisboa, sem bañirismos doentios, serão respeitadas e incrementadas. Lisboa deve ser uma cidade alegre, agradável e digna, de que os portugueses se sintam orgulhosos.

Projecto de Lei do C. D. S.

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— A articulação dos problemas de Lisboa, como concelho, com a área da grande Lisboa depende da lei.

Actualmente está prevista a hipótese da criação de federações de municípios, que nunca funcionou. Por isso o C. D. S. apresentou à Assembleia da República um projecto de lei que, oportunamente, aí será debatido e votado.

Há, portanto, que aguardar a aprovação ou não desse diploma.

Entretanto, posso adiantar que deve haver articulação quanto à elaboração e execução de planos de urbanização e expansão, bem como quanto ao estabelecimento e exploração de serviços municipalizados.

Impõe-se articulação entre Lisboa e os concelhos que integram a Grande Lisboa e já atrás referidos, no que concerne ao planeamento, coordenação e uniformização dos sistemas de transportes colectivos urbanos e suburbanos.

A programação e a execução de obras de construção, reparação e ampliação das principais vias de comunicação, bem como a organização e o funcionamento de serviços técnicos ou especiais devem ser encaradas também numa perspectiva global. Quer isto dizer que todos os grandes problemas, sobretudo nos domínios da habitação, dos transportes e do abaste-

cimento devem ser considerados numa óptica unitária, total e global, por forma a evitar desfasamentos, atritos e inconpreensões.

— Mas esta tarefa implica descentralização administrativa e completa autonomia financeira. Descentralização não é o Governo ir despachar ao Porto ou à Guarda ou a qualquer outro lado. Descentralização é as populações, através das autarquias, freguesias e municípios, resolverem por si os problemas que lhes dizem respeito sem que o sr. ministro lá vá ou sem que se tenha de andar de chapéu na mão a pedir subsídios ao Governo.

«Não poderá haver poderes paralelos»

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— A constituição, estrutura e funções das organizações populares de base estão previstas e consignadas na Constituição Política de 1976.

Essas organizações devem ser constituídas em áreas inferiores à da freguesia, e é às assembleias de freguesia que cabe demarcar as áreas territoriais das organizações populares de base. A sua estrutura depende da lei e compreende a assembleia de moradores e a comissão de moradores.

A Constituição foi até, a meu ver, muito generosa, pois permite que na assembleia de moradores participem residentes maiores de 16 anos. Tem essas organizações, desde que legalmente constituídas e eleitas nos termos constitucionais, por escrutínio secreto, pela assembleia de moradores, direito de petição perante as autarquias locais, nomeadamente a Câmara, quanto a assuntos administrativos de interesse dos moradores.

Portanto, todas as petições razoáveis e justas serão ponderadas, estudadas e decididas conforme for justo.

Estamos num Estado democrático de direito, e a legalidade democrática será sempre respeitada e cumprida. O que não poderá é haver poderes paralelos ou que como tal queiram actuar.

A Câmara, aliás, estará sempre aberta à participação activa de todos os municípios, sejam quais forem as suas convicções políticas.

A Câmara tem a sua razão de ser no facto de resolver problemas, dentro das suas atribuições, e não de os complicar.

SILVA GRAÇA (F.E.P.U.)

“ENCARAMOS DE FORMA DINÂMICA O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES”

«O Povo Unido, aliás expressão do movimento popular, encara o papel das organizações populares de forma dinâmica, isto é, devido à autonomia do movimento popular ela deve assumir o papel que o seu desenvolvimento lhes vier a atribuir, de acordo com os princípios constitucionais» — sublinha o dr. Silva Graça, candidato pela Frente Eleitoral Povo Unido à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, na entrevista que nos concedeu para este suplemento.

Há, todavia, um outro aspecto do conjunto de problemas que afectam os municípios de Lisboa a merecer o interesse, «prioritário», do candidato da F. E. P. U., qual é o da construção de habitações de tipo social, o que pressupõe «a aplicação de uma política de solos progressista».

Silva Graça é médico de profissão e foi secretário de Estado da Juventude e Desportos no VI Governo Provisório.

Privilegiar transportes públicos

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— Sem considerar a questão em termos de alternativa, devo esclarecer, contudo, que a nossa política de fundo privilegiará de modo decisivo os transportes públicos, procurando manter as suas tarifas a nível modesto, com especial relevo para as classes trabalhadoras, os estudantes e as pessoas idosas.

Deste modo é indispensável dotar o equipamento rodante com mais linhas (com especial relevo para o Metro) e mais veículos e, também, participar activamente em acções globais de planeamento juntamente com os vários serviços e entidades responsáveis, no sentido de coordenar os transportes regionais quer sejam rodoviários, ferroviários ou fluviais.

Em medidas a médio prazo, nomeadamente no que se refere ao tráfego ferroviário — responsável pela vinda diária para Lisboa de dezenas de milhares de pessoas dos concelhos vizinhos —, deverá procurar assegurar-se a separação do tráfego ferroviário suburbano do tráfego de longo curso e de mercadorias. Nesta ordem de ideias, há que executar uma nova linha férrea de ligação ao Sul do País, aproveitando-se a parte inferior do tabuleiro da Ponte 25 de Abril, sobre o Tejo (já preparado para isso), e construir uma nova circular unindo as três linhas que hoje confluem em Lisboa, isto é, as linhas do Norte, a de Sintra (Oeste) e a de Cascais.

Como medida de fundo seria extremamente benéfico localizar centros comerciais e industriais fora de Lisboa, criando-se deste modo pólos económicos distintos, permitindo equilibrar o tráfego nos dois sentidos.

Sem terras baratas não há casas baratas

Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado, há que procurar indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas. Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condignas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— A falta de alojamentos (e o seu custo) não é um problema exclusivo de Lisboa, mas sim um problema à escala nacional. Esta carência é de tal ordem que, evidentemente, não é possível resolvê-la no âmbito do concelho, recorrendo, exclusivamente, às verbas camarárias.

Porém, há um aspecto a ter sempre presente que consiste na prioridade a conceder à construção de habitações do tipo social, o que pressupõe a aplicação de uma política de solos progressista na qual os interesses colectivos se sobreponham aos individuais e recorrendo à expropriação, se necessário.

Sem terras baratas não poderá haver casas baratas, isto é, habitação social. Há, pois, que exigir uma nova legislação adequada.

Outras medidas a considerar referem-se ao nosso apoio ao processo S. A. A. L. (construção de novos bairros para realojamento dos habitantes das barracas), às cooperativas de habitação e aos contratos de desenvolvimento (construção de fogos de renda limitada) de reconhecido interesse público.

Como pano de fundo haverá que ter sempre presente a ideia de promover o avanço progressivo de uma nova política de rendas, tornando-as compatíveis com os rendimentos, tal como estabelece a nossa Constituição, nomeadamente quanto às habitações construídas e distribuídas pelas autarquias.

As bolsas de habitação a que faz referência na sua pergunta, terão de ser relançadas, permitindo a gestão local do parque habitacional e, o que é mais importante, o controlo e as operações de arrendamento.

Prioridade ao saneamento básico

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais minimeamente vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— Uma resposta sintética à vossa pergunta — aliás muito vasta — diria que é indispensável a localização do agrupamento de novas habitações, tendo em linha de conta a existência de infra-estruturas adequadas (incluindo parques e zonas arborizadas — verdadeiros pulmões da cidade).

Igualmente no que se refere ao aproveitamento da área a utilizar pelas actividades económicas, nomeadamente quanto à localização de estabelecimentos comerciais e industriais que possam vir a originar alterações sensíveis do ambiente.

Por outro lado, deverá ser encarada com muito carinho a satisfação das necessidades mais prementes das populações, com prioridade para os problemas de saneamento básico — abastecimento de água, esgotos e recolha e tratamento dos lixos — assim como a construção de acessos municipais.

Esta política deverá ser feita em estreita colaboração com a nova Empresa de Saneamento Básico da Região de Lisboa, as autarquias locais e as organizações populares de base.

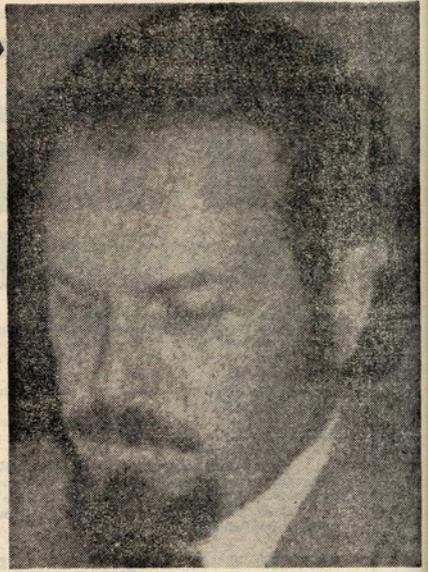
Dentro da cidade propriamente dita deverão ser criadas condições para um melhor aproveitamento pelas massas populares de zonas verdes, como o Parque de Monsanto e a Tapada da Ajuda, por exemplo, e evitar que certas áreas críticas degradadas sejam integralmente recuperadas por novas habitações (melhoria da qualidade do espaço público urbano).

Aliviar a cidade

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da grande Lisboa?

— Deprendendo-se das respostas dadas às perguntas anteriores ser indispensável a criação de organismos coordenadores e de gestão democrática, onde estejam representadas as autarquias.

Assim, a solução para a crise generalizada dos transportes e do trânsito passa, necessariamente, por uma política de urbanismo de conjunto, coerente, e por uma política de racio-



«Prioridade à construção de habitações do tipo social»

nalização das redes de transporte conduzindo a uma melhoria geral dos serviços.

De igual modo, a localização das novas habitações deverá ser feita junto de estruturas regionais aprovadas, considerando uma política coordenada e activa de execução de infra-estruturas — vias de acesso, zonas verdes, águas, esgotos e lixos — e de construção de equipamento social — escolas, liceus, centros de saúde, hospitais, bibliotecas públicas, mercados, colectividades de recreio, etc.

Resumindo: todo o esforço que se faça para melhorar as condições de vida (alojamento, transportes, saúde, educação, cultura, etc.), deverá passar por uma acção coordenada com as acções de planeamento regional (e até nacional) tendentes a aliviar a cidade do seu crescente fluxo populacional.

Há, para isso, que prever uma articulação o mais estreita possível, quer no sector administrativo quer no de planeamento, com os municípios da periferia de Lisboa e as populações organizadas.

Papel importante das organizações populares

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— As comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial tiveram e continuarão a ter um importante papel na democratização da vida local, na satisfação das aspirações e solução dos problemas das populações. São conhecidas as milhares de obras realizadas com o trabalho, o esforço e até dinheiro das populações que em muitos casos permitiram realizar aspirações de há longos anos.

O POVO UNIDO, aliás expressão do movimento popular, encara o papel das organizações populares de forma dinâmica, isto é, devido à autonomia do movimento popular ela deve assumir o papel que o seu desenvolvimento lhes vier a atribuir, de acordo com os princípios constitucionais.

E, assim, desde já as comissões de moradores e outras organizações de base territorial têm um importante papel na ampliação da actividade e capacidade administrativa municipal, permitindo descentralizar funções, mobilizando e conquistando as populações e fortalecendo a sua coesão, chamando-as a tomar parte directamente na vida municipal e do País e a procurar a solução para os seus problemas, estabelecendo prioridades, sendo desta forma factores determinantes no treino do trabalho colectivo e na democratização da vida e do poder local. Estas organizações terão assento no órgão do poder local: o Conselho Municipal. O Povo Unido defende, e espera, ver concretizado na futura lei que este órgão deve ser o reflexo do movimento popular.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA (G.D.U.P.)

“NÃO UM PROGRAMA DE PROMESSAS MAS UM PROGRAMA DE LUTA”

O candidato dos G.D.U.P., arq.º Nuno Teotónio Pereira, à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, leva, para esta autarquia, não «um programa de receitas e de promessas, mas um programa de luta». É natural, pois, que tenha respondido às nossas questões (aliás de modo impessoal, responsabilizando a lista colectivamente) não com «soluções» mas com uma política de actuação, visto que os «problemas são, acima de tudo, políticos... que se decidem ao nível político e que, portanto, não são alheios à luta de classes».

Transportes: opções de fundo

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos de realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— Os candidatos da Unidade Popular não levam soluções feitas para a câmara. Nós sabemos que os graves problemas com que se defronta a população de Lisboa têm os seus aspectos técnicos como os têm económicos e financeiros. Mas esses problemas são acima de tudo políticos, problemas que se decidem ao nível político e que portanto não são alheios à luta de classes.

Nos transportes e na circulação o que está em jogo não é haver mais ou menos «corredores» para autocarros, maiores ou menores investimentos no Metro ou nas carreiras fluviais. O que está em jogo é toda uma política que dê real prioridade aos transportes colectivos.

O que se passa é que as classes dominantes — que estão agora num processo de alargar e consolidar o seu poder, depois do abalo sofrido pelo 25 de Abril — procuram reduzir as questões aos seus aspectos técnicos para aí encontrarem justificações para o permanente adiamento de medidas práticas. Outra tática é a de empolarem as interdependências, fazendo aumentar desmesuradamente o campo de intervenção. Por exemplo, repetindo verdades, mas com o sentido de se concluir pela impossibilidade de medidas imediatas: que o problema dos transportes depende do planeamento dos locais de trabalho e das áreas residenciais; que esse problema em Lisboa é indissociável do estudo do problema em toda a área da grande Lisboa, etc., etc.

Ora, uma política de transportes põe opções de fundo, que o mesmo é dizer opções de classe. Quer dizer: favorecer os 90 por cento que utilizam os transportes colectivos ou os 10 por cento que utilizam o carro particular. E o que se tem feito — entre os 25 de Abril e mesmo depois — com raras excepções, é favorecer a minoria em prejuízo da grande maioria.

Para provar isto apenas dois exemplos:

1.º — O caso dos corredores para autocarros. Sabe-se como a reduzida rede que existe foi obtida à custa de uma batalha renhida contra os interesses de classe entrenchados no aparelho camarário, e que foi travada antes do 25 de Novembro. E não teve qualquer seguimento apesar de serem bem patentes os resultados. E, no entanto, até se trata de uma medida de cariz social-democrata, há muito em uso nas capitais europeias.

2.º — O outro exemplo é o da P.S.P. É bem visível o apeachmento técnico e o aperfeiçoamento disciplinar desta instituição no campo da repressão: material sofisticado de importação, aparato bélico nas manifestações populares. Quanto a fazer respeitar a lei e a ordem em matéria de trânsito e estacionamento — é o que está à vista. Há aqui uma prioridade política, uma escolha de classe. De facto, a P.S.P. não está ao serviço da lei e da ordem, mas da lei e da ordem que interessam à classe que domina o poder político. O que fica dito mostra como irão os candidatos da Unidade Popular intervir na câmara. É claro que também podemos lançar soluções técnicas — que as temos — mas vamos lutar contra o escaamento das opções políticas por detrás da manipulação tecnocrata. É claro aos olhos do povo que as faixas de rodagem devem ser libertadas para os transportes colectivos, e que isso não só tornará os percursos mais rápidos como fará reduzir o preço das passagens; como é claro também que os passeios devem ser variados dos carros que os atravancam para que os peões os utilizem com o tão direito. E quem sabe se o povo não será capaz de se organizar e de empreender formas de luta para conseguir estes objectivos, se as chamadas

autoridades persistirem em proteger os privilégios de uma minoria.

E por isso que o programa dos G.D.U.P. para a câmara não é um programa de receitas e de promessas, mas um programa de luta. E essa luta não a vamos travar sozinhos, evidentemente; ela só terá sucesso se for a luta do povo trabalhador de Lisboa, unido e organizado em torno dos seus interesses e direitos mais elementares.

Não aos despejos!

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas. Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condignas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— Em matéria de aproveitamento dos recursos existentes a nossa posição é clara: não aos despejos! E mais do que isso: é necessário aproveitar todas as casas que ainda não estão habitadas, todos os espaços não aproveitados — quer sejam públicos, quer privados. É necessário fazer obras em todos os prédios arruinados para lhes dar condições de habitabilidade. E se os senhorios se recusarem ou não puderem fazer essas obras os prédios que estão desaproveitados devem ser requisitados pela câmara, que fará os trabalhos necessários, competindo às comissões de moradores a atribuição das casas assim recuperadas, mediante uma renda compatível com os respectivos rendimentos.

Quanto aos programas de construção, há que fornecer imediatamente os meios necessários para levar por diante o processo S.A.A.L. — terrenos, infra-estruturas, financiamentos — reconhecendo às cooperativas e associações todo o poder de decisão. Ao mesmo tempo, lançar empreendimentos para reforço e continuação dos que estão em curso, recusando um centavo sequer de mais-valia aos proprietários de terrenos, e exigindo do Governo legislação adequada. Quanto aos terrenos camarários, impedir que entrem nos circuitos de especulação. Em toda esta questão, o Serviço Municipal de Habitação, que substitui a Bolsa de Habitação, deve controlar a distribuição de todas as casas devolutas, mesmo as do sector privado. E esse serviço deve delegar a sua competência, à escala local, nas comissões de moradores, para que seja efectivamente o povo e não um aparelho burocrático a dirigir a atribuição de casas.

Aqui também a força popular dirá a última palavra.

Prioridade absoluta para zonas degradadas

— A falta de zonas verdes, acrescida com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas, essenciais, torna as áreas habitacionais minimamente vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— A apropriação do solo e a canalização dos dinheiros públicos são também os instrumentos fundamentais. Sem expropriação generalizada de terrenos e sem eliminar a especulação não há zonas verdes. As últimas décadas o provam. Outra questão em que o aspecto político aparece à cabeça. A recuperação capitalista em curso não pode dispensar a reanimação do mercado dos terrenos e imobiliário. É por isso que as câmaras são hoje elementos importantes da frente de luta anticapitalista.

Neste quadro geral, os candidatos da Unidade Popular vão defender uma prioridade absoluta para as zonas degradadas e



«O papel consultivo e acessório consignado na Constituição às organizações populares de base é bem limitado»

mais desprovidas: bairros de lata, clandestinos, operações S.A.A.L., bairros populares da velha Lisboa. Defenderão a utilização pelo povo de todos os recintos e instalações sub-utilizadas, com destino a campos desportivos, parques infantis, infantários e escolas, centros de cultura, saúde e convívio, etc. A acção das organizações populares de base também aqui será decisiva: os candidatos de Unidade Popular eleitos apoiarão as suas lutas e defenderão na câmara os interesses dos moradores pobres neste como noutros domínios.

Limites da cidade, aberração burocrática

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— Os actuais limites administrativos da cidade são uma aberração burocrática. Não ficaremos à espera de uma remota revisão administrativa, mas lutaremos por medidas práticas que vão derrubando a barreira entre o concelho de Lisboa e os concelhos vizinhos. Isto no que toca aos transportes colectivos, ao tabelamento das rendas de casa, à construção de equipamentos e ao planeamento a todos os níveis. E ainda mais: à organização do abastecimento reduzindo o fosso entre a cidade e o campo, desde logo a partir das zonas agrícolas da própria região de Lisboa, contrariando as manobras dos grandes agricultores e intermediários.

Organizações populares unificadas

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— A posição dos candidatos de unidade popular é a de que as comissões de moradores, as cooperativas e associações, as colectividades populares, correspondem às formas de organização o próprio povo encontrou para lutar pelos seus direitos e pelos seus interesses.

Por isso nós lutaremos para que sejam as organizações populares a decidir sobre os problemas que sentem e conhecem, impondo à câmara as soluções mais de acordo com os direitos das camadas mais exploradas do povo da cidade. Por isso também nós assumimos o compromisso de sermos na câmara os porta-vozes do povo organizado.

O papel consultivo e acessório consignado na Constituição às organizações populares de base é bem limitado. Compete ao povo fortalecê-las, coordená-las, unificá-las em órgãos de grau superior, para que a luta do povo ganhe força e imponha as soluções ao aparelho burocrático e corrompido que é a Câmara de Lisboa. Os candidatos da unidade popular, na continuação da campanha de Otelo para a presidência, estarão sempre ao lado do povo explorado e oprimido da nossa cidade contra o avanço do fascismo, contra a recuperação capitalista, contra a ingerência imperialista. E isso significa lutar ao lado das comissões de moradores, combatendo todas as manobras que visem a sua divisão, a sua manipulação e a sua neutralização.

ANTÓNIO MANZONI (L.C.I.)

“QUEREMOS AS JUNTAS DE FREGUESIA E AS CÂMARAS MUNICIPAIS A APOIAR AS LUTAS POPULARES”

«QUEREMOS as juntas de freguesia e as câmaras municipais a apoiar as lutas populares», segundo afirma António Manzoni candidato da L.C.I. também apoiado pelo P.R.T., a presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Para atingir o objectivo enunciado, António Manzoni atribui às comissões de moradores e de trabalhadores um papel decisivo.

«A derrota eleitoral da direita (P.P.D. e C.D.S.) e a luta por uma maioria operária é um objectivo fundamental. A defesa das conquistas das massas e a luta contra os ataques antioperários e as medidas de austeridade são os nossos objectivos fundamentais» — disse-nos António Manzoni, que é funcionário dos T.A.P.

A «maioria operária» deverá garantir a liberdade de expressão, garantirá também que são os trabalhadores a tomarem as decisões que lhes deem respeito e os seus direitos sociais, o direito à habitação, o controlo dos preços e promoverá a criação de um movimento de desempregados.

(Continua na página seguinte)



«Devem ser os moradores reunidos em assembleia a decidir sobre a utilização das casas devolutas»

A CAPITAL DESTACAVEL

(Continuação da página anterior)

Passage gratuito para reformados, soldados e desempregados

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar à resolução desta questão?

— Passados dois anos sobre o 25 de Abril a vossa pergunta só tem razão de existir porque os sucessivos governos provisórios pouco ou nada fizeram para resolver este problema. Para nós, a opção é clara: o problema dos transportes só pode ser resolvido pela aplicação imediata e efectiva das seguintes medidas:

— melhoria da rede de transportes com o aumento de autocarros, procedendo-se para isso à reconversão da indústria de montagem de veículos com vista à fabricação de autocarros e tractores (apesar da insuficiência de autocarros, estes são exportados para Inglaterra e outros países da Europa);

— integração das empresas de transportes (Carris, Metropolitan, Rodoviária) com vista à unificação e racionalização do serviço prestado por estas empresas;

— aumento da rede do Metropolitan (criando-se assim novos postos de emprego);

— elaboração de um plano de transportes a cargo dos utentes (nos bairros, fábricas, quartéis) a ser discutido pelos trabalhadores em assembleias (bairro, fábrica e sindicatos) com vista à melhoria da rede urbana e inter-urbana (horários, comodidade, frequência, etc.);

— redução do preço de transportes com vista à sua transformação gradual em serviço gratuito através das seguintes medidas:

- a) Emissão de um passe social gratuito para reformados, soldados e desempregados;
- b) Emissão de um passe social para trabalhadores com participação parcial ou total da entidade patronal;
- c) Emissão de um passe especial para estudantes.

Note-se que todos estes passes deverão abranger as diferentes empresas. Um trabalhador que vive em Almada e se desloca todos os dias a Lisboa deve ter um passe que abranja todo o percurso (Transul, Gacilheiros, Carris e Metro).

Nacionalização dos solos

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado, parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas.

Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condições, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— No que respeita às casas devolutas, nós defendemos que devem ser os moradores reunidos em assembleia que deverão decidir da sua utilização. As comissões de moradores devem ter um papel activo neste campo. Devem fazer um inventário das casas devolutas, definir com mais precisão e preparar as assembleias de moradores, que terão a última palavra a dizer. A luta contra a desocupação das casas ocupadas é um dos objectivos que com mais firmeza defenderemos. É uma conquista que não pode ser perdida. As Câmaras, com maioria operária, devem opor-se à intervenção das forças policiais.

No entanto, os problemas fundamentais da habitação estão relacionados com a especulação das rendas. Neste campo há que definir e estabelecer os preços das rendas por assolaçada, pelos próprios moradores (500\$000 por assolaçada). É necessário denunciar e combater os senhorios especuladores ou açambarcadores. Expropriá-los se reincidirem nas suas práticas especulativas.

O problema de fundo relaciona-se no entanto com a necessidade de fomento e construção social.

A nacionalização do solo e terrenos urbanos, a criação de uma empresa pública de construção civil, a construção de bairros operários deve ser feita imediatamente. Porque os problemas da habitação e desemprego estão intimamente ligados. É necessário exigir dos deputados do P. S., P. C. P. e U. D. P. que aprovem um plano nacional de construção de habitações. Atribuição de uma verba importante da C. M. L. para a construção de bairros sociais, organizando-se brigadas de desempregados em colaboração com o Sindicato da Construção Civil. Todas estas medidas só poderão ser aplicadas através da mobilização e luta dos trabalhadores.

Em relação à Bolsa de Habitação, achamos importante fo-

mentar esta medida. Para isso devem ser impressas e distribuídas regularmente as listas das casas vagas, devendo esta bolsa ser controlada pelas comissões de moradores.

«Não há um problema em si das zonas verdes»

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais mínimamente rítmicas e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— Sobre as zonas verdes, as opiniões que poderia emitir seriam meramente pessoais, pois este problema deve ser analisado no quadro da reconstrução da cidade e da vida quotidiana, e ainda porque este problema não nos parece prioritário neste momento. Mas enquanto trabalhador há um aspecto que queria assinalar. Os partidos burgueses e mesmo os partidos reformistas (P. S. e P. C. P.) elaboraram planos para a C. M. L. por vezes muito longos, porém, os primeiros apresentam planos cujos objectivos são marcadamente capitalistas, com planos de ataque às conquistas dos trabalhadores, sobretudo no que se refere aos planos urbanísticos e equipamentos sociais, no quadro da defesa da propriedade privada; os segundos procuram gerir melhor o aparelho de Estado numa lógica gestonária. Todos se esquecem de fazer ouvir e cumprir as reivindicações das comissões de moradores e trabalhadores. Por isso, o que faria sobre a questão auscultando e fazendo ouvir a opinião dos trabalhadores.

Os problemas das zonas verdes só poderão ser encarados no quadro da elaboração de um plano de Lisboa, da responsabilidade dos trabalhadores. Sem esta participação o controlo dos trabalhadores não há um problema em si das zonas verdes. No entanto, opor-nos desde já à construção de novas zonas habitacionais sem zonas e espaços verdes.

«Mobilização activa dos trabalhadores»

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— Nós, marxistas revolucionários, ao apresentarmos uma lista para a C. M. L., conjuntamente com o P. R. T., não pensamos ser possível transformar as autarquias, o seu carácter de classe. Por um lado, não pensamos ser possível criar órgãos revolucionários no aparelho de Estado burguês, nem por outro democratizar o Estado burguês através de uma política gestonária. O Estado burguês não se democratiza, destrói-se, substituindo-o por outro: o Estado Operário.

Por isso, e no que respeita ao papel das comissões de moradores e comissões de trabalhadores, o nosso programa é fundamentalmente diferente dos programas do P. S., P. C. P. e G. D. U. P. A nossa intervenção nas autarquias tem em conta o carácter eminentemente político e central destas eleições, sendo um teste global de forças entre as classes, e do seu resultado dependerá muito o próximo período da luta de classes em Portugal.

Neste contexto, a derrota eleitoral da direita (P. P. D., C. D. S.) e a luta por uma maioria operária é um objectivo fundamental. A defesa das conquistas das massas e a luta contra os ataques anti-operários e as medidas de austeridade são os nossos objectivos fundamentais. Ora estes objectivos para serem cumpridos exigem a mobilização activa dos trabalhadores através das suas estruturas: sindicatos, comissões de trabalhadores e comissões de moradores. Por isso lutamos:

— Pela apresentação das nossas perspectivas e eixos de luta articulados com a resposta política central.

Pela exigência de que os candidatos operários eleitos se vinculem a defender em conjunto os interesses, as aspirações e as lutas dos trabalhadores que os elegeram; se vinculem a defender contra todas as restrições o desenvolvimento do controlo democrático dos trabalhadores sobretudo o que lhes diz respeito, inclusive sobre os próprios deputados que os trabalhadores elegeram.

Pelo desenvolvimento destes temas em ligação directa com a auto-organização das massas (comissões de trabalhadores, sindicatos e comissões de moradores), e as lutas em curso, ou com experiências importantes já realizadas neste domínio, mostrando que a acção directa das massas e a sua mobilização através das suas estruturas próprias, são a única

via para assegurar as conquistas já obtidas e impor as suas reivindicações.

Queremos as juntas de freguesia e as câmaras municipais a apoiar as lutas populares. Para isso, devem ser os trabalhadores a tomarem as decisões fundamentais sobre as ocupações a fazer, a política de construções, o controlo dos preços, etc. São as assembleias de empresa e de sindicato e as reuniões plenárias dos bairros que devem tomar todas as decisões que dizem respeito aos trabalhadores.

Não são as autarquias que devem tomar as decisões em nome dos trabalhadores. Mas apoiaremos totalmente as suas lutas. Por isso propomos:

— Assembleias abertas a todos, convocadas com uma semana de antecedência, para resolver os problemas de habitação (despejos, ocupações, plano de construção) e controlo de preços. Só estas assembleias representativas podem tomar decisões sobre estes assuntos.

— O município é em si um exemplo do respeito pelas lutas operárias: todas as reivindicações dos trabalhadores das câmaras devem ser aceites (40 horas, horário diurno, condições higiénicas, assistência social, salário digno) de forma a podermos combater a enorme exploração que sofrem há tanto tempo.

— A autarquia é autónoma na gestão dos fundos que lhe são destinados pelo M. A. J. Só os trabalhadores poderão decidir como empregar esse fundo.

— Criação de uma comissão de habitação, dependente da assembleia representativa, sem qualquer participação de membros da autarquia, e formada pelas câmaras municipais para controlar o plano de construção e os preços de renda de casa.

— Maioria operária nas autarquias para quê?

— Para garantir a liberdade de expressão: a autarquia fornece salas e meios técnicos às comissões de moradores, comissões de trabalhadores e sindicatos locais para assembleias operárias ou plenárias sindicais.

— A autarquia apoia técnica e financeiramente as colectividades, creches e associações culturais de zona.

— A autarquia auxiliará todos os partidos políticos a procurarem instalações para as suas sedes e facultar-lhes-á salas para as suas sessões de esclarecimento.

— A autarquia organizará «placards» murais para que grupos de trabalhadores, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, sindicatos ou partidos possam afixar cartazes murais.

— Para garantir que serão os trabalhadores a tomarem as decisões que lhes dizem respeito:

— A autarquia proibirá a Polícia de intervir na sua área sem sua autorização. A Polícia não fará despejos, não atacará greves, não proibirá manifestações.

— A autarquia apoiará as iniciativas dos trabalhadores. Se a comissão de habitação decide uma ocupação, expropriaremos o proprietário e defenderemos as famílias ocupantes, para que se possa acabar com as barracas.

— A autarquia organizará colectas municipais de apoio a grevistas, para constituir um fundo de greve contra o «lock-out», os despedimentos e os ataques patronais.

— Para garantir os direitos sociais dos trabalhadores, a autarquia garantirá:

— O funcionamento das escolas e do liceu.

— Uma creche aberta todo o dia.

— Um posto médico em cada bairro.

— Transporte gratuito para os soldados, desempregados e reformados.

— Recusa de qualquer despedimento.

— Controlo sobre a implantação de novas fábricas e da poluição.

— Escolas funcionais em todos os bairros.

— Para garantir o direito à habitação:

— Atribuição de uma verba importante da autarquia para a construção de bairros sociais, organizando brigadas de desempregados em colaboração com o Sindicato da Construção Civil.

— Controlo das rendas — 500\$000 por assolaçada.

— Fim da especulação — expropriação dos senhorios especuladores ou açambarcadores.

— Não a desocupação.

— Requisição dos apartamentos vazios de quem tem mais do que uma habitação.

— Para controlar os preços:

— Luta pelo congelamento dos preços dos produtos essenciais (alimentação, gasolina, etc.). Controlo dos preços por comissões de bairro e de zona de casa.

— Apoio às trocas das cooperativas agrícolas. A autarquia criará um local fixo para as trocas directas cidade/campo e facilitará o transporte das mercadorias.

— Apoio a todas as lutas sindicais e das empresas por salários justos contra a inflação.

— Para criar um movimento de desempregados, a autarquia promoverá reuniões de todos os desempregados de cada bairro, para que se unam na mesma luta contra o patronato e para exigir, em ao Governo emprego para todos.

FERNANDO ROSAS (M.R.P.P.)

«A CÂMARA É A POLÍCIA E O FISCO DOS GRANDES EMPREENHEIROS»

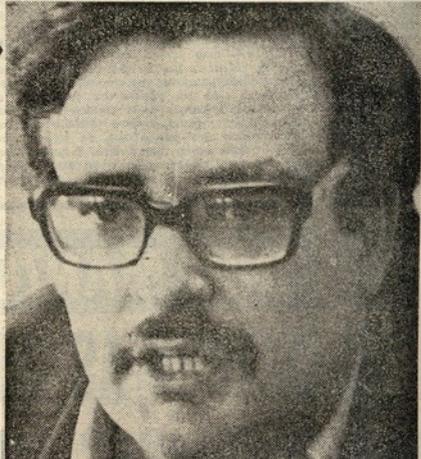
«CÂMARA é a polícia e fisco dos grandes empreiteiros, das grandes empresas e dos grandes especuladores da construção civil, contra o povo dos bairros da lata, das barracas, dos bairros pobres e contra os ocupantes, ao mesmo tempo que é ela própria um grande senhorio, proprietária e especuladora» declarou nos Fernando Rosas, candidato a presidente da Câmara Municipal de Lisboa pelo M. R. P. P. — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

Num preâmbulo às perguntas que lhe foram colocadas, Fernando Rosas esclarece uma questão que classifica de «magna importância», ou seja, «a quem serve, qual a classe cujos interesses defende?».

A resposta a esta questão é que permitirá compreender o sentido das medidas que nos propomos defender com vista à mobilização do povo para a luta pela resolução dos problemas concretos que a sua entrevista nos coloca.

Na realidade, a gigantesca burocracia que é o Município de Lisboa funciona como o polícia, o fisco, a burocracia indispensável à defesa do verdadeiro saque que os grandes monopólios realizam em todos os aspectos sobre o povo trabalhador da cidade.

A câmara é o polícia e o fisco dos grandes empreiteiros, das grandes empresas e dos grandes especuladores da construção civil, contra o povo dos bairros da lata, das barracas, dos bairros pobres e contra os ocupantes, ao mesmo tempo que é ela própria um grande senhorio, proprietária e especuladora; dos açambarcadores, dos especuladores e grandes comerciantes de géneros alimentícios, que impõem livremente, nomeadamente pela corrupção, os preços proibitivos dos géneros alimentares e dominam o seu armazenamento e venda na cidade. É o polícia e fisco dos grandes monopólios de produção e comércio automóvel particular, ao serviço dos quais é também o engenheiro e o urbanista; é o também do grande comércio e da grande indústria da cidade por conta de quem ordena à Polícia Municipal que prenda e reprima os pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, contra os quais, bem como com



«O serviço de transportes públicos da cidade é outra negociata a cargo de empresas monopolistas de Estado»

servação» para enriquecer à custa do povo os grandes empreiteiros de construção civil; que para cobrar esses 2500 contos a direcção de serviços de finanças da câmara gastará, só por sua conta, 75 mil contos; que unicamente para remunerar as quinze pessoas que integram a presidência da câmara, gastará-se-ão mais de 5500 contos, etc., etc.

Sugar ao povo trabalhador 2,5 milhões de contos em impostos, taxas e rendas e aplicá-las ao serviço dos grandes senhorios da indústria, do comércio e da especulação da cidade, bem como a trocas de parasitas que os serve, policiar, julgar e reprimir quem se levante contra o domínio de tais interesses, eis a razão de ser e a natureza do Município de Lisboa, eis a política que o P. C. P. e a U. D. P. como seus subalternos), o P. S. e P. P. D. e C. D. S., isoladamente ou em conluio, no topo e nos diversos níveis do Município de Lisboa têm praticado e são responsáveis. Por isso se disfarçam agora de FE-PU, GD-UP

e companhia.
Eis a situação contra a qual se erguerão os candidatos à câmara municipal do meu partido, caso venham a merecer, para o que nós firmemente apelamos, a confiança do povo expressa através do voto.
Dito isto, melhor poderei responder às questões que me coloca.

Automóveis crescem 500% em 20 anos

O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— Gostaria de começar por dizer que discordo que neste aspecto a alternativa cologem no nível de uma simples «escolha técnica» entre dois modos de transporte diferente, como os «especialistas» burgueses, na matéria, gostam de apresentar a questão. E fazem-no para iludir a outra, de fundo: o serviço de que classe devem estar os transportes da cidade? Que interesses devem defender? É daqui que penso que devemos partir para solução deste, como dos demais problemas camarários.

Como afirma o nosso «Mandato», a política camarária no tocante ao trânsito e aos transportes públicos pode resumir-se como sendo a de transformar a cidade de Lisboa num gigantesco mercado dos monopólios internacionais do automóvel e do petróleo e dos grandes comerciantes e importadores ao seu serviço. Asfixiar e degradar o transporte público activo, em benefício do constante aumento da circulação privada — eis a política geral do município e da PSP de Lisboa nesta matéria.

Bastará referir que de 1955 a 1976 o número de automóveis privados, só em Lisboa, passou de cerca de 40 000 para perto de 200 000 — um aumento de 500 por cento em 20 anos! Poder-se-á ainda acrescentar que para todos estes carros poderem circular só em 1976 a Câmara gastará (e estes dados são ainda incompletos) no conjunto das Direcções de Serviços que no todo ou em parte intervêm no campo do trânsito e respectivas infra-estruturas — dado que a Câmara actualmente já não explora qualquer serviço de transportes — cerca de 775 mil contos: 30 por cento do Orçamento. Acrescenta-se que desta verba, só em sinalização luminosa de trânsito interseccionado, no serviço do automóvel privado — e obra de um «consultor técnico» estrangeiro da Câmara, que detém o exclusivo em Portugal da empresa vendedora da sinalização luminosa ao Município! — se gastarão 17 600 contos, enquanto que em viadutos e «vias rápidas» se gastarão 25 393 contos.

Enquanto isto, o número de autocarros da Carris em efectivo funcionamento este ano em Lisboa era inferior a 500; a qualidade e a comodidade do transporte público é baixíssima, apinhando-se o povo, em pé, em carros na sua maioria decrepitos; esperando nas bichas tempos infínitos, pois a sua frequência é muito insuficiente em locais descampados e sem abrigos; com uma rede que não cobre os bairros populares periféricos; mas somente as zonas comerciais e residenciais da burguesia; a uma velocidade média de 9 km/hora, pois os automóveis particulares não deixam andar mais depressa; tendo os frequentes transbordos e pagar novos bilhetes; pois o sistema de transportes não é ordenado e tudo isto para grandes pilhetes um preço que, desde o 25 de Abril, sofreu três aumentos, e cujo agravamento geral foi, em média, desde essa data de 90 por cento!

Restará dizer que o serviço de transportes públicos da cidade é outra negociata a cargo de empresas monopolistas do Estado. Após o 25 de Abril, a grande medida que o P.C.P. e o P.S. tomaram neste campo foi a de decretar que o Estado retirasse à Câmara a exploração do negócio do Metro e da Carris, transformadas em empresas nacionalizadas, com novos padrões social-fascistas nos melhores telchos e ganhando chodros ordenados — caso do bufo e dolator Lindim Ramos do M.D.P. (C.D.E. administrada pela Carris).

Contra esta situação, os candidatos do M. R. P. P. à C. M. L. lutarão a sua condução pela seguinte política:
— lutar pelo retorno à administração municipal de Carris e do Metropolitan (de que a Câmara é, na realidade, proprietária) sob controlo dos trabalhadores e dos órgãos de massas verdadeiramente representativos dos utentes das diversas zonas da cidade;

— chamar o povo e os trabalhadores dessas empresas a, através dos órgãos verdadeiramente representativos da sua vontade, controlarem todo o planeamento e funcionamento do sistema de trânsito e dos transportes públicos da cidade nos seus diversos aspectos: o parque, a rede, o horário, o preço dos bilhetes, a coordenação com os transportes de outros concelhos vizinhos, o estacionamento, a sinalização, o trânsito, etc.;

— apoiar a luta dos utentes dos transportes públicos contra imediato anulação, bem como a revisão geral das tarifas no sentido do seu abaixamento e a adopção de uma política de passe a preços realmente baixos para o povo trabalhador. Fazer-se valer, para impor esta política, das posições que a Câmara ainda detém nessas empresas de cuja administração já foi afastada;

— apoiar a justa luta dos utentes pela melhoria da qualidade e das condições dos serviços dos transportes públicos, em todos os seus aspectos;

— denunciar e combater os escândalos, o terrorismo e a exploração da administração social-fascista e a política do Governo nos transportes públicos da cidade e apoiar as justas lutas dos trabalhadores do Metro e da Carris pela satisfação das suas reivindicações;

— proceder ao imediato alargamento do âmbito e estreitamento de malha da rede dos transportes públicos nos bairros e zonas populares da cidade, revertendo a colocação dos paragens e aumentar o seu número de acordo com os desejos das massas expressos pelos órgãos locais e realizar as obras necessárias à protecção dos utentes nas paragens;

— proceder à imediata revisão da política de infra-estruturas e sinalização no sentido da protecção do transporte público, anulando todos os projectos sumptuários ou supérfluos unicamente exigidos pela circulação automóvel particular e sujeitar os planos a elaboração à discussão, consulta e controlo popular;

— proceder à revisão da política de trânsito no sentido da limitação da circulação e estacionamento automóvel particular e da protecção à circulação de transporte público e do povo que se desloca a pé sujeitando os planos a elaboração nesta matéria à discussão, consulta e controlo popular.

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas para a construção de novas casas.

Quais as medidas que preconiza para os cidadãos de Lisboa de habitações condígnas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «boleia de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

Expropriação de todo o solo urbano

— Do meu ponto de vista «a grande ordem de problemas» que aqui interessa começar por considerar é saber o que as câmaras que do fascista Santos e Castro que do social-fascista Cardoso Pires, que a que actualmente existe sob a tutela do Governo P.S., para satisfazer o direito elementar à habitação do povo trabalhador da cidade, quando 300 000 trabalhadores e suas famílias (cerca de 43% da população do concelho) se amontoam sem as mais elementares condições de vida, numa outra cidade, dentro da cidade, de barracas ou casas abarracadas, de «vilas», «pátios» e bairros da lata.

Eis o que fizeram e o que fazem:

— Utilizaram e utilizam os terrenos municipais para obter chorudos lucros através da especulação, sendo que as casas nelas construídas pelas grandes empresas de construção civil a preços absurdíssimos e com vendas exorbitantes são únicas e exclusivamente destinadas às bolhas da burguesia.

— Nos terrenos não afectos a esse fim, concedem fabulosas empreitadas de construção e mesmo de projectos aos grandes empreiteiros de construção civil que impõem na prática — e quantas vezes através da corrupção dos funcionários camarários — os preços que entendem, sendo que é na realidade o seu lucro que acaba por estabelecer as «rendas económicas» das casas destinadas às bolhas da burguesia.

— Procedem à distribuição das casas camarárias de acordo com o sistema do caciquismo, do compadrio ou do suborno, e não de acordo com os critérios estabelecidos pelo povo.

— Destroem, quando assim o entendem, as barracas ou as casas rudimentares construídas pelo povo, deixando famílias inteiras sem abrigo!

— Esforçam ao povo dos bairros da lata o pagamento de rendas pelos tugúrios miseráveis em que habitam.

— Desocupam pela força as casas devolutas ou as moradias dos burgueses, desabitadas, justamente ocupadas pelas famílias dos moradores pobres.

— Montaram para organizar este imenso negócio um gigantesco serviço burocrático de projectos, estudos, planos, atribuições de casas, fiscalizações, despejos, repressão, etc., onde grassa a mais desenfreada corrupção contra o público e a mais desenfadada parasitagem.

Contra esta situação se erguerão os candidatos do M. R. P. P. à Câmara Municipal de Lisboa, na defesa e na aplicação das seguintes medidas:

— Desmascaramento e pública denúncia das fraudes, dos roubos e especulações com os terrenos camarários, bem como dos seus principais responsáveis.

— Saneamento da administração municipal também no que toca a este sector pela denúncia e expulsão dos funcionários opressores e corruptos, pela combate à parasitagem, à corrupção, ao compadrio e aos enbajamentos dos diretores do povo.

— Defesa da imediata expropriação e colocação sob controlo do povo e suas organizações de massas, da câmara e dos seus trabalhadores, das grandes empresas de construção civil operando na área da cidade.

— Defesa do conflito imediato das casas que os capitalistas têm a mais, e da sua imediata colocação à disposição dos trabalhadores para serem habitadas mediante renda a fixar pelos órgãos da vontade popular.

— Defesa da imediata expropriação de todo o solo urbano e sua colocação sob o controlo da câmara, dos seus trabalhadores e dos órgãos da vontade popular (e que as actualmente existentes — quer aquelas a construir futuramente) ou sejam as casas devolutas que devem ser imediatamente confiscadas.

— Chamar os órgãos da vontade popular verdadeiramente representativos do povo das diversas zonas da cidade a controlar juntamente com os trabalhadores da câmara, e em todos os seus aspectos, um serviço público centralizado de urbanização, de projecto, construção, distribuição de casas e fixação das respectivas rendas, sejam da câmara (e que as actualmente existentes — quer aquelas a construir futuramente) ou sejam as casas devolutas que devem ser imediatamente confiscadas.

— Afectação de acordo com um plano de urbanização ao serviço do povo, e cuja execução esteja sob o controlo popular, de todo o terreno municipal à construção de bairros populares, de zonas de vida económica e outras instalações sociais, desportivas, culturais, etc., do interesse do povo. Construções a efectuar quer sob a iniciativa da câmara sob o controlo das massas quer de cooperativas populares de habitação cuja constituição, os projectos, aquisição de material, obras, etc., o município apoiará e financiará.

— Mobilização do povo para exigir do Estado todas as dotações e subsídios necessários ao cumprimento dos diferentes objectivos e realizações.
— Immediato apoio a todas as ocupações efectuadas pelos moradores pobres sempre de acordo com o parecer dos órgãos de vontade popular verdadeiramente representativos, e firme apoio à resistência popular contra toda e qualquer desocupação, nomeadamente as que a famigerada comissão para as desocupações criada pelo Governo dito socialista e dirigida pelas forças repressivas da P. S. tenta efectuar contra o povo da cidade.

— A adopção e apoio a uma imediata política de melhoramentos — instalação de luz, electricidade, água canalizada, instalações higiénicas, construção de habitações com o mínimo de condições, arruamentos, instalação de escolas, de centros de cultura e recreio, etc. — em todos os bairros da lata e em íntima colaboração com os respectivos órgãos da vontade popular.
— Oposição e firme denúncia da lei preparada pelo partido governamental visando o desencolamento das rendas de casa, mobilizando o povo a lutar pelo direito ao seu tabelamento e fiscalização por parte das organizações de massas, de acordo com as possibilidades económicas das camadas da população das diferentes zonas da cidade.

Cancelamento dos projectos de urbanização

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais mínimamente vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— A pergunta que coloca e que respeita à política da urbanização municipal para ser respondida deve partir da análise do que é a política actualmente seguida pela câmara nesta matéria.

— Na realidade, os famigerados planos de urbanização municipais são outras tantas formas de organizar os diversos aspectos da vida da cidade com o objectivo de aumentar os lucros das grandes empresas industriais e comerciais, criar as mais cómodas e luxuosas condições de vida à grande burguesia, escorrçar para fora da cidade e amontoar em bairros da lata ou em dormitórios sem condições de nenhuma espécie o povo que trabalha, para alimentar os lucros dos grandes monopólios e os lucros da grande burguesia.

— Na realidade, o Município gastará este ano mais de 40 000 contos para alimentar uma Direcção de Serviços de Urbanização cuja tarefa é a de escolher as melhores zonas da cidade para a localização das grandes empresas — do ponto de vista do aumento dos seus lucros — projectar rígidos sistemas de acesso e escoamento para os seus projectos, seleccionar (e «limpar» da concorrência indesejável dos pequenos comerciantes...) os melhores lugares da cidade para o grande comércio de transportes, de fornecimento de gás, electricidade e água, continuar a prosperar, especular e assambarcar, projectar nos locais mais aprazíveis os luxuosos bairros e respectivos divertimentos, parques e jardins para a grande burguesia viver, planejar o sistema de trânsito de transportes e infra-estruturas ao serviço do automóvel particular, em resumo: projectar, organizar e policiar a cidade do grande capital. Isto enquanto o povo trabalhador cercado pelo norte, pelo leste e pelo oeste, esta cidade, vive sem casas, ou mesmo quando as tem, sem esgotos, sem escolas, sem arruamentos, sem transportes, sem jardins, com instalações para a prática da cultura ou do desporto, sem um mínimo de equipamentos sociais necessários a uma vida digna.

— Os candidatos do M.R.P.P. à Câmara Municipal de Lisboa defenderão o controlo e imediata e completa rescisão por parte das organizações de vontade popular das diversas zonas da cidade de todos os aspectos e todos os planos relativos à urbanização da cidade com vista a lutar pela sua extinção no serviço do povo. Nomeadamente, e além desta medida essencial, defenderão a seguinte política:

— imediato cancelamento de todos os projectos de urbanização existentes, chamando o povo a participar na adopção e no controlo da execução de um plano urbanístico visando beneficiar as condições de habitação, de salubridade, de repouso e recreio, de acesso à cultura, ao ensino e à prática do desporto, de transporte e de trabalho do povo da cidade, desmascaramo e combatendo a política de privilégios que goza actualmente o grande capital no tocante à urbanização da cidade;

— apoio material, multiforme, e no âmbito da política habitacional anteriormente referida, à construção por parte das organizações populares das diversas zonas da cidade, de zonas verdes, parques infantis, centros para a prática da cultura e do desporto, arruamentos e demais equipamentos sociais indispensáveis;

— afectação de terrenos municipais a este fim, quer para iniciativas a tomar directamente pelo Município quer para obras a realizar por cooperativas populares de habitação, associações de moradores pobres, etc.;

— Intensificação da protecção, vigilância e expansão das zonas verdes da cidade pela sua colocação gratuita ao serviço do povo e pela construção nelas de instalações destinadas à diversão; à prática da cultura e do desporto das massas populares;

— adopção das demais medidas referidas no âmbito da política de trânsito, transportes e infra-estruturas anteriormente referidas, e que devem ser tomadas de forma integrada num plano de urbanização que sirva o povo trabalhador da cidade.

Contra a exploração do campo pela cidade

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— É evidente que há um conjunto de problemas, nomeadamente no tocante à política de abastecimentos, de habitação, do conjunto de urbanização e outros, cuja solução por parte do povo deve ser encarada não no âmbito restrito do concelho de Lisboa mas do conjunto de vários outros concelhos que com ele constituem o que se chama a grande Lisboa. No que toca a aumentar os seus lucros e a rentabilidade dos seus negócios à custa do povo, também assim o entenderem os capitalistas, o que conduziu à adopção, por parte do seu estado, da chamada Federação dos Municípios de Lisboa. Melhor dito, da forma como nasceu, a baixos preços para os capitalistas, em produtos alimentares, em algumas matérias-primas, em força de trabalho, etc., a grande indústria e o grande comércio concentrado na cidade. Da forma de sujeitar os operários, os camponeses, os pequenos e médios comerciantes, os moradores pobres, os utentes dos transportes e demais serviços públicos, de os sujeitar, dizíamos, à ganância, à exploração e à especulação dos grandes interesses monopolistas que dominam o Município de Lisboa e que através dos diversos municípios organizados nessa federação assim sugrem também o suor e o sangue do povo trabalhador dos concelhos limítrofes.

— Na realidade, os caciques e clientelas locais que dominam estas câmaras mais não fazem do que ao mesmo tempo que se servem a si próprios, servir, no tocante à política fiscal, dos transportes, dos abastecimentos, etc., os grandes interesses monopolistas, privados ou do estado que dominam a burocracia municipal de Lisboa.

— Os candidatos do M. R. P. P. à Câmara Municipal de Lisboa caso sejam eleitos, unirão os seus esforços aos comunistas ou outros sectores conscientemente democratas e servidores do povo das câmaras limítrofes, na luta contra a exploração do campo pela cidade, pela resolução dos grandes problemas comuns do povo dos concelhos na linha que aqui, e nos nossos mandatos populares, está apontada. Igualmente apoiaremos todos os esforços por parte dos órgãos da vontade popular genuínos, mente representativos do povo desses concelhos no sentido da unificação e centralização de seus esforços com vista à resolução e ao controlo sobre as grandes questões comuns ao povo dos nossos concelhos dentro da linha que o programa geral e os diversos programas específicos do M. R. P. P. indicam. Em particular, no sentido de proteger os interesses das associações e cooperativas camponesas, dos pequenos e médios comerciantes, e de estreitar as relações e de estabelecer a ligação na luta comum entre os trabalhadores da cidade e os trabalhadores do campo.

Escorrçar traidores dos órgãos da vontade popular

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do Município?

— Como diz o mandato eleitoral do M. R. P. P. o «Mandato Popular»: «Os candidatos do M. R. P. P. apoiarão firmemente a acção dos órgãos da vontade popular, nomeadamente a actividade e planos das comissões de moradores, comissões de bairro, comissões de aldeia e assembleias populares; manterão sempre em eles uma colaboração estreita consultando-os, ouvindo as suas reivindicações, apoiando-as materialmente, acatando o seu conselho e suscitando o controlo sobre a própria actividade dos órgãos autárquicos.»

— Neste espírito, e concretamente no referente ao concelho de Lisboa, em que os seus 700 000 habitantes se podem considerar integralmente organizados em comissões de moradores, a maioria das quais não são no entanto senão órgãos fantocês formados nas costas do povo por arrivistas e oportunistas não eleitos por ele ou tomadas de assalto e a golpe pelos social-fascistas; neste espírito nós lutaremos ao lado do povo para as comissões de moradores, oportunistas e traidores que actualmente ainda se acotam nos órgãos da vontade popular do nosso concelho e por forma a que os elementos que os compõem possam ser livre e democraticamente eleitos e a todo o tempo revogáveis em assembleias populares representativas do povo das diversas zonas da cidade. Os comunistas na Câmara Municipal de Lisboa — bem como nas demais — serão um firme apoio de toda a acção e de toda a luta dos órgãos da vontade popular.

— Gostaria ainda a este propósito de lembrar o que afirma o manifesto eleitoral do meu partido sobre a forma como encaramos a conjugação da firme política de princípio anteriormente referida com a presente candidatura às autarquias locais: «Sem prejuízo da defesa e salvaguarda dos órgãos da vontade popular — que, quando dirigidos por uma política correcta e limpos de oportunistas e traidores social-fascistas, são uma arma fundamental do movimento popular —, os candidatos do M. R. P. P. estimam que, quaisquer que sejam os limites reais, as assembleias municipais e de freguesia e as câmaras municipais, se nos meios do povo e preenchidas pelas suas genuínas representações, podem constituir-se nas presentes circunstâncias, em importantes alavancas no fortalecimento da unidade popular e no desenvolvimento da sua consciência e capacidade de luta. Tudo está em saber quais os princípios, a política e o programa, qual o mandato popular que o povo deve impor aos seus candidatos e cujo cumprimento lhes deve escrupulosamente exigir.»

— Neste sentido, o M. R. P. P. propôs a nível nacional um mandato popular cujos princípios se encontram materializados em várias dezenas de programas locais apresentados pelas nossas listas, programa que submeteu ao sufrágio popular de 12 de Dezembro.

— Programa que é a denúncia das promessas, das mentiras e das ilusões com que os políticos sem escrúpulos, os charlatães da política, os velhos e os novos patrões e os lacaios de uns e de outros organizados nos partidos da burguesia e grupelhos anexas, tentam enganar e afofrecer o povo. Mas o povo começa a conhecê-los bem. Por isso, pensamos que, no sentido da luta de 12 de Dezembro, ele deve ouvir, ouvir e ouvir lutar — votando no M. R. P. P. o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!

A CAPITAL / DESTACAVEL

MARGARIDA QUINTINO (P.C.P. «m-l»)

“HÁ QUE PRODUZIR MAIS CASAS PARA EQUILIBRAR A OFERTA E A PROCURA”

«No que respeita a habitação, fundamentalmente há que produzir mais casas para procurar equilibrar o mais possível o desfasamento existente entre a oferta e a procura e fazer assim baixar as rendas. Há que incrementar a construção civil, que aliás envolve uma grande parte dos trabalhadores que hoje estão desempregados. A iniciativa privada tem de ser estimulada já que o Estado só tem capacidade para produzir entre 30 a 40 por cento do que é necessário produzir» — declarou-nos Margarida Quintino, candidata a presidente da Câmara Municipal de Lisboa pelo P.C.P. (m-l) — Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista). tintas, considerou ainda que «as rendas só serão acessíveis quando o Governo elaborar uma lei de solos que

«Criar zonas só para peões»

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público — transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— O P.C.P. (m-l) defende que deve ser dada toda a prioridade aos transportes públicos. Embora não pondo em causa a existência do transporte privado no actual sistema político, opomo-nos a que o transporte privado seja um empecilho à movimentação dos transportes públicos.

Os transportes públicos devem ser constantemente desenvolvidos destinando-se para eles as verbas necessárias. O material rodante deve ser sempre aumentado e renovado. No que respeita aos autocarros, estes devem ser adaptados às características da cidade — numerosas colinas e ruas estreitas — procurando fabricar-se o mais possível em Portugal. Em cada paragem de autocarro devem ser colocados horários fixos, como acontece noutros países da Europa. É imprescindível a existência de «corredores» para os transportes públicos e a manutenção de zonas só acessíveis a este tipo de transportes. Deve ser vedado o acesso do tráfego privado à Baixa, assim como no coração de todos os bairros criando-se simultaneamente zonas só para peões. É preciso assegurar a segurança dos peões abrindo, nomeadamente, passagens subterráneas. Na periferia da cidade devem ser criados parques de estacionamento com ligação a autocarros e ao metropolitano. Os utentes de transporte privado devem ser convidados a utilizar os transportes públicos através da criação de, nomeadamente, estacionamento pago.

A segunda circular de Lisboa deve ser rapidamente terminada de modo a desviar do centro da cidade muito do tráfego que necessita de a atravessar. O funcionamento do actual sistema de semáforos da cidade de Lisboa pode ser considerado ridículo. Em vez de facilitarem o trânsito, em muitos casos, os semáforos apenas complicam. E quem sofre mais com isso são os transportes públicos. A não existência de «corredores» aliada às «ondas vermelhas» ocasionam perdas de tempo impossibilitando assim o cumprimento de horários, para além do desgaste de material e consumo de carburante. A criação de numerosas ruas de sentido único seria mais um factor que contribuiria para a boa circulação dos transportes públicos.

Os transportes públicos que servem a Grande Lisboa são os autocarros da Carris e os da Rodoviária Nacional. É, pois, absolutamente necessário coordenar eficientemente os serviços de ambas as empresas. Impõe-se a criação de linhas de autocarros directos do centro da cidade para os subúrbios. Estas linhas contribuiriam para descongestionar os caminhos de ferro suburbanos cuja lotação se encontra completamente esgotada. A actual frota fluvial que atravessa o Tejo devia ser afundada ou então utilizada para belos passeios no Tejo. Impõe-se novos barcos, fabricados pelos estaleiros nacionais, rápidos e cómodos, devendo-se estudar a viabilidade dos «overcrafts».

Contudo, todos estes planos e propostas não resultam se primeiro os autores da instabilidade e anarquia em que temos vivido — os social-fascistas cunhalistas — não forem impedidos de sabotar a execução dos planos e o normal funcionamento dos transportes públicos.

É preciso que os transportes públicos estejam nas mãos de patriotas e democratas. Os social-fascistas devem ser expulsos de todos os sectores-chave dos transportes públicos. Não se pode permitir que os social-fascistas continuem a desorganizar os transportes públicos.

Contra o S. A. A. L.

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado, parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novos casos.

Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condignas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— Tal como com os transportes, os problemas de Lisboa são os problemas da Grande Lisboa. É no conjunto de concelhos

que formam a Grande Lisboa que devem ser considerados e resolvidos os problemas.

Quanto a nós, no que respeita a habitação, fundamentalmente há que produzir mais casas para procurar equilibrar o mais possível o desfasamento existente entre a oferta e a procura e fazer assim baixar as rendas. Há que incrementar a construção civil, que aliás envolve uma grande parte dos trabalhadores que hoje estão desempregados. A iniciativa privada tem de ser estimulada já que o Estado só tem capacidade para produzir entre 30 e 40 por cento do que é necessário produzir.

As rendas só serão acessíveis quando o Governo elaborar uma lei de solos que ponha termo à especulação criminosa de terrenos que torna a construção necessariamente cara. Não se podem tolerar os lucros fáceis obtidos por parasitas que vivem da especulação das necessidades dos cidadãos. Há que disciplinar e moralizar o mercado da habitação estabelecendo limites superiores para as rendas, por um lado, e possibilitando a actualização, por outro, de modo a que se mantenha o estímulo para a construção, mas enquadrado em limites aceitáveis.

A «bolsa da habitação» — ou os institutos imobiliários — é importante para o levantamento dos fogos que existem dando-ose a conhecer a quem procura casa. A existência de uma tal instituição implica a aplicação de um controlo rigoroso do mercado da habitação contribuindo para o combate à corrupção.

Para os problemas dos bairros de lata e outros bairros pobres, há que criar serviços eficientes de habitação subsidiada pelo Estado em substituição da palhaçada demográfica e criminosa levada a cabo pelos social-fascistas do S.A.A.L.

O S.A.A.L. teve entre os seus mentores laicistas social-fascistas como Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira e foi criado para «apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos seus próprios bairros». Mas, na realidade, o S.A.A.L. apenas apoiou os social-fascistas e os seus laicistas da U.D.P., M.E.S., etc., que assim puderam dispor de quadros profissionais pagos pelo Estado nos bairros pobres e de lata, onde, à sombra da legitima luta dos moradores por melhores condições de habitação, instalaram o seu poder de demagogia e manipulação com vista a desestabilizar a situação política a favor do social-fascismo e do social-imperialismo russo, os maiores inimigos da democracia e da liberdade no Portugal de hoje.

Esbanjaram-se milhares e milhares de contos — nem se sabe quanto ao certo — para que os social-fascistas tivessem mais um meio de enganar as populações e fazer das massas trabalhadoras uma tropa de choque ao serviço dos seus objectivos — implantar uma ditadura social-fascista. Alguns exemplos apenas da sabotagem social-fascista do S.A.A.L.:

Em 1975, o S.A.A.L. dispôs de uma verba que permitia realizar 2500 fogos. Desse número de fogos previstos apenas foi recuperado um (1) no Porto e construídos cerca de 70 fogos em Lisboa (Alfornelos). Afirma-se oficialmente que estão em construção 1700 fogos. Porque não se avançou com os outros 800? Onde está o dinheiro que lhes corresponde?

As habitações em construção estão num estado miserável, como acontece com os bairros da Liberdade e Forte Velho, em Setúbal, Relvinha, em Coimbra, e ainda Alcácer do Sal e vários locais do Algarve, quase todos os que chegaram à fase de construção. Um verdadeiro escândalo nacional, até há pouco tempo encoberto.

Apesar deste balanço escandaloso, os dirigentes do S.A.A.L. tiveram ao arrojado de solicitar ao Governo 1 milhão de contos!!! Para obterem esse milhão de contos, prometeram construir 26 mil fogos... Admitindo que os 26 mil fogos prometidos se realizariam em dois anos isso significa a produção de 13 mil fogos por ano. Portanto, cerca de um terço da produção nacional de habitações no conjunto de todas as modalidades — públicas e privadas — nos anos de 1973 ou 1974. Mas, na realidade, de aqui se conhece uma vez mais que sem primeiro se limpar a casa dos social-fascistas, não é possível construir casas novas.

Monsanto está a ser destruído

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais tornam as áreas habitacionais minúsculas vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes.



«É preciso que os transportes públicos estejam nas mãos de patriotas e democratas»

Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— Foi o alto valor comercial dos terrenos avidamente aproveitados ao máximo para a construção de fogos que levou, perante a complacência das autoridades municipais, ao desprezo completo pela criação de zonas verdes. Com uma lei de solos que controle o preço dos terrenos dentro dos limites adequados, cria-se uma condição importante para conseguir dotar os bairros de infra-estruturas adequadas, espaços verdes, lugares de desporto e recreio e outros equipamentos sociais, como creches, que por razões de economia de meios deverão ser equipamentos o mais possível polyvalentes, abrangendo os problemas da velhice, cuja experiência e capacidade para trabalhos ligeiros, deve ser aproveitada.

Em Lisboa quase não há espaços verdes. Monsanto é já fora da cidade. E além do mais está a ser destruído. O Campo Grande, apesar do nome, não passa de um jardimzinho. O Parque Eduardo VII parece uma auto-estrada. Quase não tem árvores e plantar árvores, de modo a aumentar substancialmente o espaço verde do parque. Mas acima de tudo há que plantar uma cintura verde à volta de Lisboa, de tal modo que penetre os bairros da periferia.

Estas realizações deveriam ser organizadas, equipadas e geridas pela entidade regional da Grande Lisboa.

Empresas municipais

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— Nós defendemos a Grande Lisboa como entidade administrativa regional, pois parece-nos que só uma tal entidade pode resolver globalmente os problemas que afectam a cidade e os municípios limítrofes. Além disso, a par da resolução dos problemas da Grande Lisboa, dever-se-ia proceder à criação de pólos económicos a nível municipal, apoiados em empresas municipais que criassem a autonomia dos concelhos de modo a aligeirar a influência que Lisboa exerce sobre a vasta área de hoje. Claro que isso não se faria em poucos anos e dependeria fundamentalmente das opções do Governo em matéria de descentralização e regionalização.

Sim às «associações» de moradores

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— O P. C. P. (m-l) é contra as chamadas comissões de moradores, apesar da sua existência estar consignada na Constituição. Somos a favor de associações de moradores ou de inquilinos que lutem por resolver determinados problemas dos moradores. Para o resto, existem assembleias de freguesia, assembleias municipais, câmaras municipais, os ministérios competentes, etc.

As comissões de moradores são e foram um instrumento dos social-fascistas cunhalistas na sua escalada para «instaurar em nosso País a sua ditadura social-fascista, a que eles chamam de «poder popular». Na verdade, as comissões de moradores são uma das formas que assume o aparelho golpista e de repressão social-fascista. Hoje, o seu objectivo é vigiar os cidadãos, recolher informações, organizar milícias e controlar militarmente os bairros no momento do golpe social-fascista. Após o golpe, as comissões de moradores são instrumentos de repressão. São a nova P. I. D. E. dentro de cada casa, vigiando cada cidadão. É o que se passa em Cuba e nos restantes países social-fascistas, nas colónias do novo Hitler — Breljov.

HELENA ROSETA (P.P.D./P.S.D.)

“PENSAR UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL A NÍVEL DE TODA A REGIÃO DE LISBOA”

«A cidade, a partir dos terrenos ainda disponíveis, não tem capacidade para preencher todas estas lacunas; por isso há que pensar numa política de habitação social a nível de toda a região de Lisboa, bem como numa política de ordenamento geral do território que inverta o actual movimento de concentração macrocéfala da população portuguesa nesta área» — disse-nos a arq. Helena Roseta, candidata a presidente da Câmara de Lisboa pelo P.P.D./P.S.D. — Partido Social Democrata ao analisar o problema habitacional de Lisboa. Nas suas declarações, Helena Roseta enumera as principais propostas do programa de candidatura à Câmara de Lisboa do seu partido, em matéria de habitação social e em matéria de habitação privada. Dessas propostas destacamos «a construção, no mais curto prazo, dos fogos programados, por iniciativa da E.P.U.L., G.T.

«Em Lisboa, a alternativa transporte público-transporte urbano não é uma alternativa, é um ciclo vicioso»



H., etc., o que permite a efectivação de cerca de sete mil fogos a curto prazo.

Helena Roseta, que é deputada à Assembleia da República, colaborou, com carácter eventual, nalguns projectos municipais.

Um passe único para os transportes públicos urbanos

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes públicos em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca no ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— Em Lisboa, a alternativa transporte público-transporte privado não é uma alternativa, é um círculo vicioso. Não funcionam os transportes públicos porque os privados atacam as ruas, as pessoas não largam o automóvel porque não há transportes públicos. É preciso quebrar o nó górdio, e para isso proponho uma política de transportes públicos que permita reformular totalmente o sistema actual. Será necessário limitar a circulação privada nalgumas áreas, de modo a melhorar a situação habitacional existente evitando a segregação, para cada vez mais longe, dos habitantes destas áreas;

— a renovação das áreas urbanas centrais envelhecidas, tendo em conta as aspirações e necessidades dos residentes;

— apoio às cooperativas de habitação e revisão da legislação actual, facilitando o acesso ao crédito das cooperativas de habitação económica;

— aproveitamento integral da capacidade dos serviços municipais relacionados com a habitação e fim às estruturas paralelas como o S. A. L. que mais não foram, em muitos casos, que trabalho angado «por fora» para arquitectos progressistas desempregados;

— criação de novos esquemas de financiamento de habitação através da criação do Banco Nacional de Habitação, poupança-alojamento, novas modalidades de crédito, etc.;

Em relação à habitação privada, fazemos notar que o recrudescimento do mercado clandestino se correlaciona com a crise de construção no mercado legal, e que não se elimine aquele, repressivamente; podem e devem diminuir-se os seus efeitos por uma normalização do mercado legal. Para isso, e para além das medidas que nesta matéria o Governo competem (clima de confiança, lei do arrendamento, etc.), destacam-se as seguintes medidas:

— definição clara do âmbito de acção da iniciativa privada na cidade, através de planos de urbanização aprovados;

— melhor fiscalização e cumprimento das leis no que respeita a ocupações selvagens;

— aceleração dos processos de obtenção de licenças; Como disse, são apenas as mais significativas das medidas que proponho, que abrangem ainda outros pontos mais detalhados que aqui não foram focados.

Quanto à «bolsa de habitação», há que distinguir entre o mercado de habitação social e o mercado privado. Para o primeiro, não será porventura essa a solução mais correcta — preferimos o esquema de atribuição de casas, através dos serviços competentes para a sua promoção e com a participação, sempre que possível, de comissões democráticas de moradores ou cooperativas de distribuição e manutenção, expressamente constituídas para o efeito — única forma de evitar injustiças e de diminuir os inevitáveis conflitos humanos que um processo destes sempre levanta.

Quanto ao mercado privado, entendemos que é viável o funcionamento de uma «bolsa de habitação»; só que, não modificando a lei das rendas e não aumentando substancialmente a oferta, a «bolsa» não funcionará, pois não tem capacidade de resposta (já que o congelamento de rendas impede o funcionamento em moldes de mercado totalmente livre).

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

dos, por iniciativa da E.P.U.L., G.T.H., etc., o que permite a efectivação de cerca de 7000 fogos a curto prazo;

— a revisão do regime de arrendamento das casas construídas por entidades públicas ou municipais, com prioridade para o regime de renda resolúvel, tendente a proporcionar casa própria ao maior número de famílias;

— o fim definitivo das rendas especulativas que as barracas pagam à C.M.L. (cerca de 16 000 contos por ano);

— o fim definitivo da especulação camarária sobre as rendas dos prédios expropriados para demolição;

— a recuperação e/ou reconversão dos bairros clandestinos e de barracas existentes na cidade, de modo a melhorar a situação habitacional existente evitando a segregação, para cada vez mais longe, dos habitantes destas áreas;

— a renovação das áreas urbanas centrais envelhecidas, tendo em conta as aspirações e necessidades dos residentes;

— apoio às cooperativas de habitação e revisão da legislação actual, facilitando o acesso ao crédito das cooperativas de habitação económica;

— aproveitamento integral da capacidade dos serviços municipais relacionados com a habitação e fim às estruturas paralelas como o S. A. L. que mais não foram, em muitos casos, que trabalho angado «por fora» para arquitectos progressistas desempregados;

— criação de novos esquemas de financiamento de habitação através da criação do Banco Nacional de Habitação, poupança-alojamento, novas modalidades de crédito, etc.;

Em relação à habitação privada, fazemos notar que o recrudescimento do mercado clandestino se correlaciona com a crise de construção no mercado legal, e que não se elimine aquele, repressivamente; podem e devem diminuir-se os seus efeitos por uma normalização do mercado legal. Para isso, e para além das medidas que nesta matéria o Governo competem (clima de confiança, lei do arrendamento, etc.), destacam-se as seguintes medidas:

— definição clara do âmbito de acção da iniciativa privada na cidade, através de planos de urbanização aprovados;

— melhor fiscalização e cumprimento das leis no que respeita a ocupações selvagens;

— aceleração dos processos de obtenção de licenças; Como disse, são apenas as mais significativas das medidas que proponho, que abrangem ainda outros pontos mais detalhados que aqui não foram focados.

Quanto à «bolsa de habitação», há que distinguir entre o mercado de habitação social e o mercado privado. Para o primeiro, não será porventura essa a solução mais correcta — preferimos o esquema de atribuição de casas, através dos serviços competentes para a sua promoção e com a participação, sempre que possível, de comissões democráticas de moradores ou cooperativas de distribuição e manutenção, expressamente constituídas para o efeito — única forma de evitar injustiças e de diminuir os inevitáveis conflitos humanos que um processo destes sempre levanta.

Quanto ao mercado privado, entendemos que é viável o funcionamento de uma «bolsa de habitação»; só que, não modificando a lei das rendas e não aumentando substancialmente a oferta, a «bolsa» não funcionará, pois não tem capacidade de resposta (já que o congelamento de rendas impede o funcionamento em moldes de mercado totalmente livre).

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

— criação de um passe único para os transportes públicos urbanos;

— criação de centros comutadores de tráfego localizados em pontos estratégicos, por forma a evitar a penetração no interior da cidade de transportes suburbanos e regionais;

— protecção do transporte público dentro da cidade, limitando a circulação privada em certas artérias e aumentando substancialmente as áreas de estacionamento do automóvel privado;

— desfasamento de horários (medida que ultrapassa a C.M.L. mas que contribuiria decisivamente para descongestionar as horas de ponta);

— coordenação e articulação dos transportes urbanos e suburbanos, acabando com situações como as que actualmente se verificam entre a Carris e a Rodoviária Nacional, que duplicam serviços nas zonas periféricas do concelho;

com os horários escolares; construção de instalações gimnodesportivas para a prática, em prioridade, do desporto escolar; criação de núcleos sociais, sobretudo nas zonas de dormitórios, que sejam espaços de confluência de equipamentos sociais e colectivos, existentes ou a criar, etc.

Só compreendendo que a cidade, que dispõe de atracções e de um património cultural imenso, pode ser acolhedora e convidativa para os seus moradores e hóspedes é que será possível «devolver a cidade aos seus habitantes», como nos propusemos no nosso manifesto eleitoral divulgado no início da campanha e como outros partidos, depois de nós, têm vindo a propor também — o que só prova da razão e justiça do nosso diagnóstico e das nossas propostas.

A zona rural da região de Lisboa

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— No nosso programa integramos uma proposta de redefinição das relações de Lisboa com os seus arredores urbanos. Há que evitar os paternalismos antidemocráticos do passado, em que na Federação de Municípios de Lisboa (concelhos de Lisboa e limitrofes) o presidente da Câmara de Lisboa tinha tantos votos quantos os outros todos menos um... Há também que evitar a criação artificial, por lei ou por decreto, de uma qualquer região de Lisboa sem audição dos órgãos autárquicos que agora vão ser eleitos. Assim, propomos:

— a criação da área metropolitana de Lisboa, expoente de um poder regional próprio, através de um processo democrático e participado pelos órgãos eleitos de Lisboa e concelhos limitrofes;

— a coordenação, articulação ou integração regional dos organismos, entidades ou serviços que possam, com benefício para os utentes, funcionar a esse nível, tais como transportes, águas, esgotos, abastecimento de géneros, fixos e habitação social;

— articulação, a nível regional, das decisões sobre o lançamento de novas actividades económicas e correspondente criação de empregos, evitando a excessiva concentração de serviços na capital.

A «área metropolitana de Lisboa» deve vir a corresponder um orçamento regional próprio, em moldes a definir.

Quanto à zona rural da região de Lisboa, há que encontrar esquemas para a sua promoção e desenvolvimento, atendendo a que:

— é a principal abastecedora de frescos e hortícolas para a zona urbana e detém terrenos agrícolas dos mais ricos do País;

— tem pólos urbanos ou semirurais tradicionais que podem ser promovidos, como Torres Vedras, Mafra, Arruda dos Vinhos, Bucelas, etc.

Não esqueçamos ainda que esta zona rural (a chamada Zona do Oeste) contribuiu decisivamente, com um poder regional próprio, para o combate à ditadura gonçalvista, centrada na cintura lisboeta.

«Comissões democráticas de moradores»

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— O P.S.D./P.P.D. foi dos primeiros partidos a assumir posições sobre o papel das comissões de moradores, defendendo, desde 1974, a constituição de comissões democráticas eleitas e independentes das autarquias locais. Já antes de 25 de Abril eu própria participei em comissões de moradores de bairros clandestinos, com vista à resolução dos seus problemas. Na Constituição foi consagrada esta perspectiva das comissões democráticas de moradores, eleitas por voto secreto, directo e universal de todos os moradores da respectiva área de actuação, contra as teses das comissões «revolucionárias» de moradores, soldados e marinheiros (embrões da pseudo-revolução, de «G-3» na mão e com práticas de tiro nas suas actividades...) e contra a tese das «comissões de transmissão», veiculada pelo P.C.P. e pelo M.D.P./C.D.E., ao tempo em que dominavam as autarquias e sonhavam com o controlo de novos poderes paralelos.

Propomo-nos dialogar e pedir a colaboração nos órgãos autárquicos eleitos das comissões democráticas de moradores, a todos os níveis, com uma única condição: o respeito pela Constituição, que claramente separa os poderes políticos dos órgãos autárquicos dos poderes de intervenção das referidas comissões.

GONÇALO RIBEIRO TELES (P.P.M.)

“A CASA DEVE SER VIÁVEL PARA UMA VIDA DIGNA DE TRÊS GERAÇÕES”

«PROPOMOS que a casa sirva a evolução normal da família e seja por isso adequada para uma vida digna de três gerações (filhos, pais e avós)» — declarou-nos o arq.º Gonçalo Ribeiro Teles, candidato pelo P.P.M.

— Partido Popular Monárquico a presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ribeiro Teles aponta ainda princípios e normas que devem presidir às soluções habitacionais para termos uma cidade «à escala humana».

«As áreas habitacionais — diz — deverão reservar-se para espaço livre uma área de dez metros quadrados por habitante.»

Quanto às áreas degradadas o arq.º Ribeiro Teles, que foi secretário de Estado do Ambiente em quase todos os Governos Provisórios depois do 25 de Abril, propõe:

«As áreas onde surgiram barracas e casas clandestinas ou foram construídos bairros camarários impróprios para uma vida digna deverão ser recuperadas, não pelo sistema convencional de repetir com novos materiais a estrutura anterior, mas procurando integrar aquelas populações marginalizadas no tecido urbano consistente da cidade.»

Sim aos corredores «bus»

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca no ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— O transporte público deverá ter prioridade sobre o transporte privado, mas sobre ambos deverá ter, na cidade, prioridade o péo.

Julgamos necessário prosseguir no estabelecimento de uma rede de corredores «bus» destinados exclusivamente aos transportes públicos, que poderão mesmo ocupar algumas ruas com exclusão de todas as outras formas de transporte.

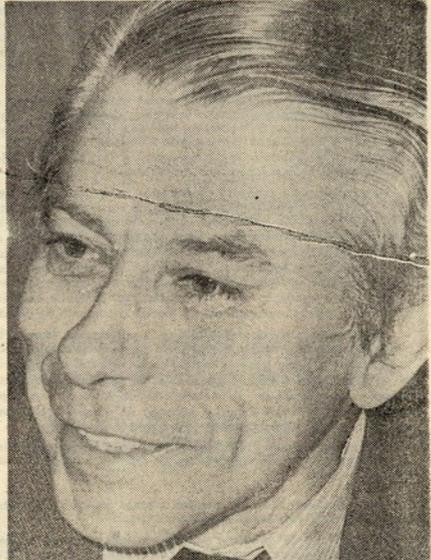
Relacionado com a rede de transportes públicos há que estabelecer um cordão posterior de estacionamento arborizado. Há, por outro lado, que prever estacionamentos nas áreas habita-

cionais, que deverão ser utilizados como recintos de recreio quando desocupados, o que sucederá durante algumas horas do dia. Deverão ser estabelecidos na parte central da cidade serviços de «minibus», e disciplinada a utilização dos táxis.

A baixa bombalina e as zonas de tradicional convívio dos bairros deverão ser destinadas ao uso exclusivo dos péos durante certas horas do dia, pelo que deverão estabelecer-se horários racionais para os fornecimentos de armazéns e para as cargas e descarreges de domicílio. Nesta zona da cidade deve ser limitada a circulação e o estacionamento apenas permitido a médicos e serviços urgentes.

Defender imagem da cidade

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas.



«O transporte público deverá ter prioridade sobre o transporte privado, mas sobre ambos deverá ter, na cidade, prioridade o péo»

Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condígnas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma bolsa de habitação para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

(Continua na página seguinte)

A CAPITAL / DESACAVEL

(Continuação da página anterior)

— O problema da habitação não pode estar dependente do sector da construção civil, nem este das operações que espelham com o solo urbano.

Há que recuperar para a habitação a zona histórica da cidade. Para isso há que recuperar fogos e «paredes» e aproveitar os espaços livres para jardins e recreio, incluindo os quintais interiores dos quarteirões.

A imagem de Lisboa tem de ser defendida porque constitui um património cultural e um factor de qualidade do ambiente a valorizar.

Nas áreas de expansão urbana e na zona histórica as construções não deverão exceder quatro pisos, a não ser em casos especiais justificados pela estética urbana ou razões ambientais e sociais.

Evitam-se desta forma concentração excessiva de pessoas e veículos e um ambiente prejudicial, defendendo-se a imagem da cidade e a escala humana da rua.

Propomos que a casa sirva à evolução normal da família e seja portanto viável para uma vida digna de três gerações (filhos, pais e avós).

Nas áreas habitacionais deverá reservar-se para espaço livre uma área de 10 m² por habitante.

As áreas onde surgiram barracas e casas clandestinas ou foram construídos bairros camarários impróprios para uma vida digna deverão ser recuperadas, não pelo sistema convencional de repetir com novos materiais a estrutura anterior mas procurando integrar aquelas populações marginalizadas no tecido urbano consistente da cidade.

Defendemos uma política de casa própria, não deslocando para fora da cidade populações há muito estabelecidas, como áreas urbanas, de cinco categorias de terrenos, com preço fixo:

A política de solos deve basear-se na determinação, mas até agora se tem feito.

- a) Zonas urbanas históricas;
- b) Zonas urbanas consistentes;
- c) Zonas de ocupação pouco densa;
- d) Zonas de agricultura intensiva;
- e) Zonas rurais.

A bolsa de habitação, a que preferimos chamar fundo especial, deverá permitir, através de várias formas de empréstimo ou subsídio, a recuperação dos fogos e da imagem da cidade.

O Município deverá ainda adquirir o máximo possível de solo urbano ou ter sobre determinadas áreas estratégicas poderes decisivos de disposição.

Integração de Monsanto na cidade

— A falta de zonas verdes, agravada com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais minimamente vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— A limitação em altura da construção e a obrigatória criação de espaço livre junto à habitação poderão eliminar muitos dos inconvenientes dos «dormitórios».

Há, no entanto, que criar uma estrutura verde na cidade, baseada em corredores revestidos de vegetação e percorridos por caminhos exclusivamente destinados a peões.

A integração do Parque de Monsanto na cidade será a primeira medida deste tipo a realizar. O Parque Eduardo VII poderá facilmente ser ligado a Monsanto constituindo-se no alto do parque uma zona cultural com museus instalados em edifícios existentes, Penitenciária, Casa Ventura Terra, colégio de Camplid e construindo-se um monocalil aérea entre o Pavilhão dos Desportos e Montes Claros.

A estrutura verde do concelho de Lisboa deverá atingir nos próximos cinco anos uma área total de 5000 ha.

Federação dos Municípios da margem direita

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— O problema da habitação na região metropolitana de Lisboa só se poderá resolver constituindo-se uma federação do município e organizando-se o respectivo governo. Será um primeiro passo importante a formação da federação dos municípios da margem direita do Tejo. Os municípios não podem desconhecer os programas e os planos dos concelhos próximos nem comportarem-se como meros especuladores privados de terreno urbano.

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— Um papel muito importante estará reservado às organizações populares de base a quem compete dinamizar a vida local e possibilitar uma intervenção positiva do município.

AQUILINO RIBEIRO MACHADO (P.S.)

“É IMPERIOSO VOLTAR A ADQUIRIR O COMANDO DO PROCESSO URBANÍSTICO”

«É imperioso voltar a adquirir o comando do processo urbanístico, o que passa necessariamente pela conjugação de acções entre o município de Lisboa e os municípios vizinhos, já que os problemas de toda a aglomeração só podem ser resolvidos em conjunto, pela sua inter-relação e mútua dependência» — sublinha o eng. Aquilino Ribeiro Machado candidato pelo P.S. a presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

«Não é viável pensar que o actual estado de coisas se clarifique enquanto a dispersão periférica da construção continuar a alastrar como até aqui» — afirma a seguir

«À beira da rotura»

— O limite gritante a que chegou a situação dos transportes públicos em Lisboa, de consequências altamente negativas, sob diversos aspectos da realidade urbana, coloca na ordem do dia, e de forma urgente, em termos de prioridade, a alternativa transporte público-transporte privado. Qual o contributo que pensa poder dar para a resolução desta questão?

— O problema dos transportes em Lisboa está, efectivamente, à beira da rotura. Chegou-se a um estado de coisas verdadeiramente lamentável. Tudo isto se ficou a dever a uma política de crescimento urbano, norteada, durante anos a fio, pelos mais gananciosos interesses especulativos. Os transportes andaram sempre atrás das situações criadas, procurando remediar as mazelas e tapar os buracos de um tecido urbano que cresceu cancerigenamente, sem o menor vislumbre de organização.

«É, pois, imperioso voltar a adquirir o comando do processo urbanístico, o que passa necessariamente pela conjugação de acções entre o Município de Lisboa e os municípios vizinhos, já que os problemas de toda a aglomeração só podem ser resolvidos em conjunto, pela sua inter-relação e mútua dependência».

«Não é viável pensar que o actual estado de coisas se clarifique enquanto a dispersão periférica da construção continuar como até aqui. O fenómeno terá que ser cortado, o que pressupõe a efectivação de um plano director de conjunto, a elaborar por estruturas de planeamento e decisão integradas pelos municípios imediatamente envolvidos».

«Os transportes públicos constituem um factor básico para dotar o tecido urbano com um mínimo de funcionalidade. Entre eles será necessário estabelecer uma estrutura integradora, de que o município deverá fazer parte. Todavia, a estatização da Carris e do Metropolitano, em que o Município detinha posição maioritária ou determinante, não deixou de acarretar alguns problemas que urge rever, afim de garantir aos legítimos representantes da população uma intervenção nas decisões daquelas empresas públicas, susceptíveis de afectar o conjunto da cidade».

«Neste contexto deverá situar-se a alternativa transporte-público-transporte privado. Somos pela prevalência do transporte colectivo sobre o transporte individual. Todavia, há que criar as condições que o tornem numa alternativa válida e eficiente, o que exige o aumento do material disponível e da sua capacidade, simultaneamente com a adopção de outras disposições, que restrinjam ou desaconselhem o transporte privado».

«Dever-se-á assim, procurar a integração física e tarifária do sistema de transportes urbanos e suburbanos, fomentando, também:

- a movimentação de grandes massas populacionais através de operadores de elevada capacidade;
- a criação de terminais o mais possível próximos do centro, estabelecendo-se, igualmente, correspondência para facilitar correspondências entre transportes de tipo diferente;
- a complementarização dos transportes de grande produção com outros de maior elasticidade local;
- uma progressiva limitação do estacionamento automóvel nas zonas mais sensíveis, acompanhada da criação de parques de estacionamento dissuasores e de abertura de eixos principais para o transporte público;
- o esbatimento das horas de ponta através de horários escalonados.

Reexame da problemática habitacional

— Em matéria de habitação colocam-se duas grandes ordens de problemas: por um lado, parece indispensável proceder à distribuição dos recursos disponíveis; por outro lado, é urgente lançar programas de construção de novas casas. Quais as medidas que preconiza para dotar os cidadãos de Lisboa de habitações condignas, acessíveis e em número suficiente, e como encara a criação de uma «bolsa de habitação» para proceder ao aluguer de todas as casas disponíveis?

— Os problemas mais sensíveis da habitação recaem sobre as classes economicamente desfavorecidas, com particular rigor. É para elas que, por conseguinte, o principal esforço do município, neste domínio, se deverá dirigir.

Impõe-se, para tanto, a apropriação das áreas ainda por urbanizar, com dimensão significativa, a fim de que nelas sejam levados a efeito programas construtivos predominantemente destinados à habitação social.

Uma vez que o sector público não está em condições de suprir todas as carências, haverá que recorrer ainda à contribuição do sector privado. Procurar-se-á canalizá-lo, no entanto, e na medida do possível, para as habitações de renda limitada. Igualmente terão um papel relevante a desempenhar as cooperativas de habitação.

O problema da distribuição das habitações terá de ser encarado como natural extensão da competência atribuída aos serviços habitacionais do município recentemente definidos por legislação específica. Julga-se que a tendência natural será a de que estes serviços venham a ser incumbidos não só da distribuição das casas pertencentes ao Estado e aos municípios mas também das casas propriedade de particulares, para arrendamento. Trata-se, porém, de um passo que terá de ser dado a seu tempo, ou seja, quando a experiência entretanto adquirida com a gestão do património público estiver suficientemente amadurecida.

Tudo isto se insere no contexto mais vasto de um reexame da problemática habitacional, com vista à revisão da legislação vigente, por quem de direito, de molde a assegurar maior protecção aos inquilinos, sem prejuízo dos legítimos direitos dos proprietários.

Estabelecer prioridades

— A falta de zonas verdes, acrescida com a influência crescente dos agentes de poluição, e ainda a carência de infra-estruturas essenciais, torna as áreas habitacionais minimamente vivíveis e muito semelhantes a dormitórios gigantes. Quais os projectos veiculados pela sua candidatura para responder a esses problemas?

— A questão resume-se ao seguinte: dotar as diversas zonas com o equipamento de que estão carecidas. As necessidades neste sector são de tal ordem que é preciso estabelecer um plano coerente de prioridades. Para o seu estabelecimento e para identificação dos meios disponíveis, nomeadamente no que toca à existência de áreas aproveitáveis, o município realizará um levantamento exaustivo da situação, socorrendo-se, para tanto, da colaboração das juntas de freguesia e comissões de moradores».

O programa dos candidatos socialistas ao Município de Lisboa é particularmente detalhado nesta matéria. Não caberia aqui reproduzi-lo, dada a sua extensão. Assinala-se, no entanto, que o mesmo contempla os equipamentos: escolar, parques e jardins, cultural, recreativo, desportivo, de saúde, de apoio às famílias, de assistência à infância e terceira idade e, ainda, de abastecimento e defesa dos retalhistas e consumidores.



«As fronteiras administrativas do concelho são meras abstrações»

A criação de um equipamento adequado é uma necessidade inelutável da população e um dos meios mais eficazes para a humanização da cidade que corresponde, afinal de contas, ao objectivo que visamos alcançar.

Plano director conjunto para a Grande Lisboa

— Como considera a articulação dos problemas urbanos do concelho de Lisboa com a área da Grande Lisboa?

— As fronteiras administrativas do concelho são meras abstrações. A cidade não é mais do que uma parte de um grande todo: a aglomeração lisboeta na qual estão compreendidos os aglomerados vizinhos que em boa parte não passam de dormitórios de uma população trabalhadora que todos os dias afliu e refliu aos centros vitais da capital. Conforme já ficou dito, as questões que este facto suscita exigem a definição de um plano director de conjunto, a articulação permanente de todas as iniciativas com reflexos interconcelhos, bem como a realização de acções concretas de interesse comum ou complementar através da federação dos municípios.

Por último, como coramento de todo este sistema, será preciso encetar o estudo da competência e funções das estruturas que oportunamente háo-de configurar a área metropolitana de Lisboa.

Necessária legislação sobre comissões de moradores

— Qual o papel que reconhece às comissões de moradores e outras organizações populares de base territorial na prática quotidiana da vida do município?

— As comissões de moradores, são instrumentos essenciais para a dinamização das populações na defesa e discussão dos seus interesses de âmbito local. Permitirão um enface adequado entre o tipo de democracia, de pendor mais directo, que nelas prevalece e a democracia representativa dos órgãos que agora irão ser eleitos. Importa, todavia, que se realize uma clarificação da sua estrutura organizativa e das regras do seu funcionamento. Isto dependerá da publicação de um diploma legislativo que concretize o que a Constituição da República, em termos gerais, já estabelece.

Uma vez vencida esta exigência as comissões de moradores deverão ser decididamente encorajadas, podendo, de acordo com os resultados da experiência que se forem apurando, ser-lhes remetidas, por delegação, algumas das atribuições da própria junta de freguesia ou mesmo do município.